



UNIVERSIDADE DO VALE DO TAQUARI

CENTRO DE GESTÃO ORGANIZACIONAL
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO - LFE EM COMÉRCIO EXTERIOR

**AS OPORTUNIDADES PARA A ECONOMIA BRASILEIRA
RELACIONADAS ÀS POLÍTICAS CHINESAS DE SEGURANÇA
ALIMENTAR**

Danielle Weschenfelder Mallmann

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à disciplina de TCC II do
curso de Administração com linha de
formação específica em Comércio
Exterior da Univates.

Orientador: Prof. Dr. Thiago Borne
Ferreira

Lajeado, novembro de 2020.
Danielle Weschenfelder Mallmann

AS OPORTUNIDADES PARA A ECONOMIA BRASILEIRA RELACIONADAS ÀS POLÍTICAS CHINESAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR

Monografia apresentada na disciplina de Trabalho de Curso II do Curso de Administração - LFE Comércio Exterior, da Universidade do Vale do Taquari - Univates, como parte da exigência para a obtenção do título de Bacharela em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Thiago Borne
Ferreira

Lajeado
2020

AGRADECIMENTOS

Agradeço, inicialmente, aos meus pais, Anibel e Marcos, que sempre priorizaram o estudo e o conhecimento e me fizeram dar valor a cada conquista no meu processo de formação.

Agradeço a minha irmã Eduarda, que esteve presente nos momentos nos quais eu precisava descansar.

Agradeço a minha professora e amiga, Luciane Franke, que muito contribuiu com seus conhecimentos para este trabalho e que me motivou durante todo o processo inicial da pesquisa.

Agradeço ao meu orientador, Thiago Borne, que prontamente aceitou colaborar com este trabalho e que dedicou algumas horas do seu dia a dia para sanar as minhas dúvidas, bem como me orientar no processo de organização geral do trabalho.

Agradeço, em especial, a alguns amigos que fizeram a leitura da pesquisa e de alguma forma contribuíram com o andamento do trabalho.

Por fim, agradeço à Universidade UNIVATES, a sua infraestrutura impecável, e a todo o corpo docente que fez parte do meu processo de formação.

RESUMO

Embora a distribuição de alimentos ao redor do mundo seja desigual, é possível perceber diversas frentes no combate à fome e à insegurança alimentar no planeta. O presente trabalho objetiva identificar as principais oportunidades para as exportações brasileiras de produtos primários e intensivos em recursos naturais destinadas ao mercado chinês à luz das políticas e estratégias de Segurança Alimentar (SA) chinesas e das expectativas da conjuntura mundial pós-pandêmica. A recente pandemia causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), doença chamada de Covid-19, reafirmou a importância das discussões sobre SA. Em virtude da pandemia, diversos fluxos transnacionais foram alterados, em especial, algumas cadeias logísticas e de abastecimento. Por isso, tornou-se imperativo refletir sobre a SA à luz da conjuntura atual. A metodologia deste estudo qualitativo, descritivo, e exploratório envolveu uma busca por referenciais teóricos em artigos, periódicos, e outros materiais de estudiosos da área encontrados em sites especializados, além de um levantamento de dados secundários extraídos do Comex Stat, RAIS, Caged e MAPA. Embora a pesquisa apresente dados de outros países para fins de uma compreensão mais geral do tema, focou-se, principalmente, em dados das interações entre Brasil e China. A pesquisa revelou que, de fato, a China é o mercado que mais importa produtos do agronegócio brasileiro, com grande destaque para o mercado de produção de lavouras temporárias (mercado da soja), mesmo no contexto da Covid-19. Nesse sentido, entre janeiro a setembro de 2020, o país recebeu aproximadamente 62% de toda a soja exportada pelo agronegócio brasileiro. Depois da soja, o mercado de carnes foi o que mais se beneficiou das importações chinesas: o país foi responsável por absorver cerca de 37,2% de toda a carne exportada pelo Brasil no mesmo período. Além disso, é possível destacar, com base nos dados levantados, que os estados do Mato Grosso, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, e Minas Gerais, detiveram, sozinhos, 66,07% das exportações totais do agronegócio brasileiro dentro do período de Janeiro a Setembro, configurando uma supremacia da região centro-sul nesta área. Observa-se também que, se nos dois primeiros meses do ano as exportações estiveram abaixo dos níveis registrados no biênio passado, a partir do mês de março, o volume de exportações, numa surpreendente escalada, tornou-se

superior aos dos dois anos anteriores, mantendo um ritmo significativo de crescimento até o mês de julho, a despeito da pandemia. A partir deste cenário, este trabalho apresenta uma série de apontamentos e alternativas para o agronegócio brasileiro alavancar; tanto em volume, quanto em valor; suas exportações para o mercado chinês. E para além disso, as pesquisas realizadas apontam para uma série de outras conclusões acerca do assunto Segurança Alimentar e da economia brasileira no cenário mundial.

Palavras-chave: Segurança Alimentar; Economia; Brasil; China; Negócios agroindustriais; Covid-19;

ABSTRACT

Although the distribution of food around the world is uneven, it is possible to perceive several fronts in the fight against hunger and nourishment uncertainty on the planet. The following paper aims to identify the main opportunities to the Brazilian exportation of primary products and the intensive use of natural resources destined for the Chinese market in light of the Chinese Food Security (FS) policies and strategies and expectations of the post-pandemic world scenario. The recent pandemic caused by the new coronavirus (SARS-CoV-2), a disease entitled Covid-19, bolstered the importance of discussions about FS. Due to the pandemic, many transnational flows were altered, in particular some logistical and supply chains. Therefore, it became imperative to reflect about FS in virtue of the current situation. The methodology of this qualitative, quantitative, descriptive and exploratory study involved a search for theoretical references in articles, journals, and other materials of scholars of the area found on specialized websites, in addition to a survey of secondary study data extracted from Comex Stat, RAIS, Caged and MAPA. While the research presents data from other countries for the purpose of a more general understanding of the topic, it focused mainly on data of the interactions between Brazil and China. The survey revealed that, in fact, China is the market that imports Brazilian agribusiness products the most with a great emphasis on the market of the production of temporary crops (soy market), even in the Covid-19 context. In this sense, between January and September 2020, the country received approximately 62% of all the soy exported by the Brazilian agribusiness. After soy, the meat market was the most benefited by the Chinese importation: the country was responsible for absorbing about 37,2% of all meat exported by Brazil in the same period. Furthermore, it is possible to highlight, based on the data collected, that the Mato Grosso, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul and Minas Gerais states detained, alone, 66,07% of the total exportations of the Brazilian agribusiness within the period

from January to September, configures the supremacy of the center-south region in this area. It can also be observed that, if in the two first months of the year the exportation were below the level registered in the last biannual, from March on, the volume of exportations, in a surprising ascension, became superior to the two previous years, keeping a significant pattern of growth until the month of July, despite the pandemic. Based on this scenario, this paper presents a series of notes and alternatives to boost the Brazilian agribusiness, both in volume and value, its exportations to the Chinese market. Besides that, the conducted survey indicates a series of other conclusions on the topic of Food Security and of Brazilian economy in the world situation.

Keywords: Food Security; Economy; Brazil; China; Agribusiness; Covid-19;

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Pontuação da Facilidade de Fazer Negócios no Brasil no ano de 2019.. 41

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Investimentos Realizados pela China no Período entre 2005 a 2019 em Bilhões de Dólares/Taxa de Variação..... 27

Gráfico 2 - Investimentos Realizados pela China no Brasil, no Período entre 2005 a 2019 em Bilhões de Dólares/Taxa de Crescimento Anual (%)...... 29

Gráfico 3 - Investimentos Realizados pela China no Brasil - Participação Percentual (%) no Total..... 30

Gráfico 4 - As Exportações do Agronegócio Brasileiro por Mercados no Período entre Janeiro e Setembro de 2020..... 53

Gráfico 5 - As Exportações do Agronegócio Brasileiro por Setores no Período entre Janeiro e Setembro de 2020..... 53

Gráfico 6 - As Exportações do Mercado de Soja no Período entre Janeiro e Setembro de 2020..... 54

Gráfico 7 - As Exportações do Mercado de Carnes no Período entre Janeiro e Setembro de 2020..... 54

Gráfico 8 - As Exportações Brasileiras do Agronegócio por Estados no Período entre Janeiro e Setembro de 2020..... 55

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição dos Investimentos Realizados pela China no Mundo, por Setores, em Percentual (%).....	28
Tabela 2 - Distribuição dos Investimentos Realizados pela China no Brasil, por Setores, em Percentual (%).....	30
Tabela 3 - Os Dez Maiores Exportadores dos Produtos Seleccionados do Agronegócio para a China em 2018.....	32
Tabela 4 - Importações Totais da Seção A do CNAE 2.0 da China.....	33
Tabela 5 - Os Dez Principais Produtos Importados pela China Provenientes do Brasil em 2018 e Participação em Percentual (%).....	34
Tabela 6 - Histórico das Despesas do Consumidor com Alimentos e Bebidas Não-Alcoólicas.....	36
Tabela 7 - Os Principais Destinos das Exportações Brasileiras dos Anos de 2000, 2015, 2018 e 2018.....	49
Tabela 8 - Exportações Totais do Agronegócio Brasileiro de 2018 em US\$, e a Respectiva Taxa de Crescimento entre 2000 e 2018.....	50
Tabela 9 - As Exportações Brasileiras Totais para os Produtos Seleccionados do Agronegócio dos Anos 2000, 2005, 2010, 2015 e 2018, e suas Respectivas Taxas de Crescimento Médio Anual entre 2000 e 2018, e 2015 e 2018 em Milhões de Dólares.....	51
Tabela 10 - As Empresas, Geração de Empregos, e os Salários do Agronegócio Brasileiro.....	52

SUMÁRIO:

1 INTRODUÇÃO	12
2 UM PANORAMA MACRO: DEFINIÇÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E ALGUMAS DISCUSSÕES CONTEMPORÂNEAS	17
3 CHINA: A FOME, AS POLÍTICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR, ESTRATÉGIAS E INVESTIMENTOS	24
3.1 O cotidiano chinês e suas políticas de Segurança Alimentar	25
3.2 Investimentos da China no Mundo e no Brasil	29
3.3 Análise das Importações Chinesas de Alimento	34
3.4 As Mudanças nas Estratégias de SA da China em Consequência do Crescimento e da Mudança na Dieta Alimentar Chinesa	38
4 BRASIL: CARACTERÍSTICAS GERAIS E POSICIONAMENTO NO SISTEMA AGROALIMENTAR MUNDIAL	42
4.1 Infraestrutura e Ambiente de Negócios do Brasil	44
4.2 Produtividade Brasileira	48
4.3 O Agronegócio Brasileiro e suas Exportações	50
4.4 As Políticas de SA da China e suas Implicações para o Brasil: Análise de Estudos Empíricos.	58
5 CONCLUSÃO	63
REFERÊNCIAS	70

LISTA DE SIGLAS

AID	Associação Internacional de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China, e África do Sul
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina eo Caribe
CGG	Chongqing Grain Group
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
COFCO	China National Cereals, Oils and Foodstuffs Corporation
DB	Doing Business (Measuring Business Regulations)
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EUA	Estados Unidos da América
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FEA-USP	Faculdade de Economia - Universidade de São Paulo
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
FMI	Fundo Monetário Internacional
IDE	Investimento Direto Estrangeiro
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPCC	Painel Intergovernamental Sobre Mudanças Climáticas
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OIE	Organização Mundial da Saúde Animal

OMC	Organização Mundial do Comércio
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização da Nações Unidas
OPAS	Organização Pan-Americana da Saúde
PAM	Programa Alimentar Mundial
PCC	Partido Comunista da China
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RPC	República Popular da China
RS	Rio Grande do Sul
SA	Segurança Alimentar
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SCIO	State Council Information Office
SH6	Sistema Harmonizado de Seis Dígitos
SOFI	The State Of Food Insecurity in the World
SRI	Secretaria de Relações Internacionais
SPS	Medidas Sanitárias e Fitossanitárias
TFP	Produtividade Total de Fatores
UE	União Europeia
UF	Unidade da Federação
USDA	United States Department of Agriculture
UNCTAD	United Nations Conference on Trade and Development

1 INTRODUÇÃO

Existe comida saudável e suficiente a toda população mundial disponível no planeta? A geografia, a história e a economia nos mostram que a distribuição de alimentos é desigual. Por esta razão, esta monografia buscará apresentar conceitualmente o tema Segurança Alimentar (SA) e quais as suas pautas atuais, com ênfase na discussão das políticas chinesas e da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), e principalmente, avaliará a inserção do Brasil neste cenário, e quais as suas oportunidades como potencial distribuidor de alimentos para o mundo, e, sobretudo para a China, que vê sua demanda por alimentos e produtos do agronegócio em expansão.

A SA é o acesso universal, seja através da produção, ou através da compra, a uma alimentação que satisfaça as necessidades de uma pessoa, tanto com relação à fome, quanto com relação a manter uma vida saudável (FAO, 2020). Contudo, a realidade que enfrentamos mostra uma distribuição crítica dos alimentos disponíveis, e por esta razão, o acesso a alimentos nutritivos é pauta essencial da SA mundial e dos diversos fóruns das organizações mundiais existentes.

Para mudar esse cenário, os órgãos de cooperação de nível mundial, tais como o Banco Mundial (BM), o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização das Nações Unidas (ONU) e suas agências, como a FAO e a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), se apresentam como auxiliares da SA global. Para o Banco Mundial, por exemplo, melhorar o acesso a alimentos seguros e nutritivos é fundamental para garantir perspectivas positivas para as gerações futuras, já que a má nutrição e as doenças transmitidas por alimentos contaminados impõem grandes custos humanos, econômicos, sociais e fiscais aos países.

A SA é um dos elementos centrais para a redução da pobreza no mundo, e por estar entre os principais tópicos do planejamento de desenvolvimento chinês e das grandes organizações internacionais, além de ser um tema de extrema relevância econômica para o Brasil, a discussão a seu respeito emerge como um dos principais assuntos em âmbito nacional e internacional.

Nas últimas três décadas, a China conseguiu reduzir em mais de 600 milhões o número de pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza do país, alcançando o status de país de renda média. Até o ano de 2012, conforme Vieira et al. (2016), existiam ainda cerca de 200 milhões de pessoas vivendo abaixo dessa linha. Desde

este ano de 2012, a China tirou mais 95 milhões de pessoas da pobreza, visualizando 2020 como o último ano da campanha que propunha tirar dessa situação todos aqueles que vivem abaixo da linha da pobreza do país, além de garantir meios pelos quais essas pessoas não retornem a essa situação. Para preservação do seu crescimento, a economia chinesa está passando por mudanças estruturais profundas, que envolvem as mais diversas áreas, como urbanização, elevação da produtividade e da eficiência em setores intensivos de mão de obra, controle da poluição, e uma maior preocupação com o meio ambiente e recursos naturais (VIEIRA et al., 2016).

No Brasil, conforme dados revelados pelo relatório “Estado da Insegurança Alimentar no Mundo” de 2014, da FAO, a população saiu, no mesmo ano, do Mapa Mundial da Fome. Os dados desse relato apontam uma redução de 82% do número de brasileiros em situação de subalimentação entre 2002 e 2013. O setor agrícola brasileiro cresceu a um ritmo impressionante nas últimas três décadas, tornando o país no maior produtor mundial de cana-de-açúcar, café, frutas tropicais e suco de laranja concentrado congelado, além de comportar o maior rebanho comercial de gado do mundo. Além disso, o Brasil é um importante produtor de soja, milho, tabaco, algodão, cacau e produtos florestais. O crescimento da agricultura brasileira protegeu o país de grandes contrações econômicas (ARIAS et al. 2017), porém, novas discussões da FAO e da ONU já apontam que o Brasil está trilhando um novo caminho de volta ao Mapa Mundial da Fome nos últimos anos. O relatório “O Estado da Segurança Alimentar e da Nutrição no mundo” (SOFI) de 2019 diz que, ainda que se consiga ver algumas ações bem realizadas no que tange o combate à fome, e no desenvolvimento de modelos agrícolas mais saudáveis e sustentáveis, esse retrocesso do Brasil se mostra iminente.

Enquanto a população chinesa, que agora em sua grande maioria se encontra acima da linha da pobreza do país - superado o período histórico da “Grande Fome”¹ - aumentou seu consumo por alimentos, e também proporcionou uma alta na demanda por uma alimentação mais saudável, o Brasil intensificou e modernizou seu sistema de produção alimentar, que além de sanar o consumo da população doméstica, produz excedentes que ficam disponíveis para exportação. Para além disso, é possível perceber o notável crescimento de pessoas passando fome novamente no Brasil, e este, com certeza, será um tema a ser bastante discutido, que poderá acabar gerando alguns impactos na produção dos produtos agrícolas.

Com a ocorrência da pandemia da Covid-19, as discussões sobre SA ganham novo fôlego, e trazem à tona alguns problemas graves, fazendo com que este tema permaneça entre as principais discussões de organizações internacionais como a FAO, a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização Mundial do Comércio (OMC). Todo o sistema alimentar foi afetado por esta pandemia: as restrições à circulação dentro e entre países prejudicaram os serviços de logística

¹ Período no qual a população chinesa, através de uma sucessão de erros estratégicos, passou fome, e por consequência disso, muitas pessoas morreram.

dos alimentos, interromperam cadeias inteiras de suprimento e afetaram a disponibilidade dos alimentos. Os impactos no movimento da mão de obra agrícola e no suprimento de insumos impuseram desafios críticos à produção de alimentos, e à SA de todas as pessoas, principalmente aquelas mais pobres (FAO et al., 2020).

Pela importância dos assuntos discutidos acima, o tema desta pesquisa trata das oportunidades para o Brasil relacionadas às políticas de SA da China. O tema delimita-se às oportunidades para as exportações brasileiras de produtos agroalimentares na China à luz das políticas e estratégias de SA do país asiático e de um planeta pós-pandêmico. Diante da relevância das discussões protagonizadas por importantes organizações internacionais sobre SA e do papel de destaque no cenário pós-pandemia da Covid-19, esta monografia tem como seu problema central a questão sobre “Quais são as oportunidades para o Brasil frente às políticas agrícolas e de Segurança Alimentar da China?”, e objetiva, à luz das políticas de SA chinesa e das expectativas da conjuntura mundial pós-pandêmica, identificar as principais oportunidades para as exportações brasileiras de produtos primários e intensivos em recursos naturais no mercado chinês. Além disso, este trabalho busca apresentar o conceito de SA e quais as pautas atuais deste tema, contextualizar o tema à mais recente e maior pandemia conhecida e enfrentada pelo mundo, a Covid-19, analisar as políticas de SA da China, e analisar o posicionamento do Brasil no cenário agroalimentar global.

Nas últimas décadas, a discussão sobre SA proposta pela FAO fala sobre sistemas alimentares sustentáveis que tenham a finalidade de acabar com a fome e com a má nutrição mundial. Esta monografia justifica-se por este ser um tema relevante ao redor de todo o globo, e, considerando que um dos objetivos específicos do trabalho é analisar como o Brasil se insere neste cenário, ressalta-se que este é um assunto muito importante também para o país. A China, possuidora da maior população do mundo, é um dos principais atores da SA mundial, e faz parte deste trabalho em razão da sua grande necessidade de produtos importados. O Brasil, por ter um perfil voltado para a agropecuária, terá ampla participação nas interações mundiais acerca da SA nas próximas décadas, tanto para a China, quanto para todo o cenário internacional. Sob a ótica da pandemia causada pela Covid-19, muitas coisas, provavelmente, mudarão. Deverão haver novos esforços no que diz respeito a manter a ordem global sobre SA, e esta é outra razão pela qual pode-se sustentar a importância desta pesquisa.

Este projeto de pesquisa define o termo Segurança Alimentar, apresenta as importações e as políticas de SA da China, faz uma breve contextualização da infraestrutura atual brasileira, e analisa e aponta as oportunidades para o Brasil alavancar sua economia através da produção e exportação de produtos intensivos em recursos naturais e produtos primários, sobretudo do setor agroalimentar. As conclusões e dados levantados por esta monografia poderão ser de grande valia para profissionais da área de agropecuária, potenciais exportadores e importadores de alimentos, para estudantes das áreas de comércio exterior e relações internacionais, e para todos aqueles aos quais este seja um tema relevante. Os resultados deste projeto visam colaborar com a discussão sobre as mudanças

ocorridas no sistema de SA mundial, além de considerar nas análises a ocorrência da pandemia causada pela Covid-19, dando destaque para o papel desempenhado pela China e as oportunidades para o Brasil na parceria com o país asiático.

A pesquisa deste trabalho será de natureza quali-quantitativa, conjunto este que permitirá uma melhor compreensão do que objetiva esta monografia. A análise qualitativa é menos formal que a quantitativa, pois na análise quantitativa os passos a serem seguidos podem ser definidos de maneira bem simples (GIL, 2002). A pesquisa qualitativa, conforme Gil (2002), depende de diversos fatores, como a natureza dos dados, a extensão da amostra, os instrumentos de pesquisa, e os pressupostos teóricos que norteiam a investigação, e desta maneira, pode-se definir este processo como uma sequência de atividades, que envolve a redução de dados, a categorização deles, a interpretação, e a escrita do relatório. Por outro lado, na pesquisa quantitativa, segundo Gil (2002), os dados são organizados em tabelas e permitem o teste das hipóteses estatísticas, fazendo com que a ordenação lógica do trabalho fique facilitada. Este estudo é quali-quantitativo porque apresenta para fins do desenvolvimento da ideia do trabalho, tanto os dados organizados em forma de tabelas e gráficos, quanto dados resumidos e interpretados de outros autores.

Com base nos seus objetivos gerais, a pesquisa é de natureza exploratória. A pesquisa de natureza exploratória, conforme Gil (2002), tem o objetivo de proporcionar uma maior familiaridade com o problema, construindo hipóteses ou o tornando mais explícito. É possível dizer que este tipo de pesquisa tem como principal objetivo o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições, e o seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que seja possível considerar os mais variados aspectos relativos ao fato em estudo. Este estudo permite a construção de hipóteses e conclusões, baseando-se na busca de ideias de outros autores e daquilo que foi discutido anteriormente sobre SA.

O método utilizado neste trabalho é o descritivo. As pesquisas descritivas têm como objetivo principal a descrição de características de determinada população ou fenômeno, ou então, o estabelecimento de relações entre variáveis. Uma das características mais significativas da pesquisa descritiva é a utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, como a observação sistemática e o questionário (GIL, 2002). A presente pesquisa utiliza-se de técnicas bibliográficas (fundadas em referencial teórico que envolve doutrina, artigos de periódicos, e materiais de estudiosos da área encontrados em sites especializados) e levantamento de dados secundários extraídos do Comex Stat, RAIS, Caged, e MAPA, tais como os valores de exportação do Brasil, os valores dos investimentos chineses, e o número de empresas brasileiras que atuam na área do agronegócio. Segundo Lakatos e Marconi (2003), a pesquisa bibliográfica é um apanhado geral dos principais trabalhos já feitos anteriormente, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes acerca do tema da pesquisa. Esses dados levantados representam uma fonte indispensável de informações, podendo até orientar as indagações. Em resumo, este estudo é embasado em dados escritos e numéricos, já apontados anteriormente por outros autores e/ou outras instituições de nível internacional e

nacional, o que possibilitou o desenvolvimento da ideia em geral, além de fornecer bases que sustentam as conclusões.

Considerando esses apontamentos, a presente monografia dividir-se-á em três capítulos; a introdução e a conclusão, nos quais se pretende apresentar conceitos, realizar uma coleta de dados e informações, analisar estudos empíricos, e por fim, fazer uma análise dos principais tópicos apresentados nos capítulos. O capítulo 2 traz a definição e a contextualização de SA ao longo dos últimos anos. Dando sequência, o capítulo 3 insere a China e suas políticas de SA, e o capítulo 4 apresenta o sistema agroalimentar brasileiro, sua infraestrutura, e o seu comércio internacional, finalizando com uma análise dos estudos empíricos selecionados sobre os temas abordados pelos capítulos anteriores. E por fim, a conclusão fará o fechamento do trabalho, dando resposta aos objetivos principais e secundários do trabalho.

2 UM PANORAMA MACRO: DEFINIÇÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E ALGUMAS DISCUSSÕES CONTEMPORÂNEAS

O termo Segurança Alimentar, que já tem muitos anos de história, vem sendo usado durante o passar do tempo com significados distintos e uma sequência de diversas definições e paradigmas (GROSS et al., 2000). Originalmente, o termo era usado para descrever o acesso a alimentos o suficiente para atender necessidades energéticas de dieta, contudo, com o passar dos anos, o termo foi evoluindo, principalmente em razão das discussões propostas pela FAO. Numa definição mais restrita, a SA se traduz como a existência de comida suficiente, a nível global, nacional, comunitário ou doméstico, considerando que o termo 'suficiente' atenda à demanda econômica e às necessidades energéticas e nutricionais (ANDERSEN, 2009). Este trabalho tratará a SA como o proposto pela FAO (2012): o acesso a todos, seja através da produção, ou através da compra, à alimentação, a fim de que todas as necessidades sejam satisfeitas e de que as pessoas mantenham uma vida ativa e saudável.

Como supracitado, conforme estudo divulgado pela FAO e pela OMS, a SA - em inglês *food security* - é comumente entendida como o estado no qual todas as pessoas, a qualquer momento, tenham condições físicas, sociais e econômicas para o acesso a alimentos nutritivos e seguros, que atendam tanto suas necessidades alimentares, quanto à necessidade de se alimentar de alimentos seguros e saudáveis. Já o conceito de alimento seguro - em inglês *food safety* - trata da qualidade dos produtos dispostos no mercado, e a disponibilidade de alimentos - em inglês *food availability* - trata da disponibilidade de quantidade suficiente de alimentos de qualidade adequada, fornecidos por meio de produção interna, ou da importação de produtos do exterior.

A SA é um conceito global valioso se compreendermos claramente o que isso significa. Um bom planejamento e a implementação de políticas e/ou programas que visem melhorar a nutrição populacional, devem considerar dados de SA das famílias em conjunto a estimativas antropométricas individuais de crianças, além de compreender o comportamento de uma casa, fatores esses que fornecem dados valiosos. Um agregado familiar define-se como seguro no que diz respeito aos alimentos, se esse tiver a capacidade de adquirir os alimentos necessários a todos

os membros, e por esta razão, frequentemente, se faz uma distinção entre insegurança alimentar transitória e permanente. O primeiro termo descreve a insegurança alimentar como periódica/sazonal, enquanto o segundo termo descreve a falta de acesso aos alimentos por longos períodos de tempo (ANDERSEN, 2009). Conforme Gross et al. (2000), para a SA o termo 'alimento' é definido como qualquer substância que as pessoas comem e bebem para manterem a vida e o crescimento. De acordo com os autores, a água potável e limpa é um exemplo de elemento essencial.

Conforme o estudo de Andersen (2009), existem duas razões pelas quais a SA das famílias podem não garantir a SA de todos os seus membros: primeiro, a capacidade de adquirir alimentos suficientes pode não ser convertida em uma real aquisição de alimentos, e as preferências domésticas podem não priorizar a aquisição de alimentos em detrimento da aquisição de outros bens e/ou serviços, como por exemplo, impostos e moradia; e em segundo, a alocação intra-domiciliar dos alimentos pode não estar baseada nas necessidades de cada membro da família.

E existe comida suficiente disponível a toda população mundial? Andersen (2009) afirma que a disponibilidade, por si só, não garante acesso igual a todos, e somado à isso, calorias suficientes não garantem uma dieta nutricional e saudável. A realidade que enfrentamos, mostra que a distribuição dos alimentos disponíveis é crítica, e para mudar esse cenário ruim, diversos órgãos mundiais se apresentam como auxiliares da SA mundial. Um bom exemplo é a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), que auxilia países em desenvolvimento a fazerem um reforço na área de SA. A UNCTAD contribui com assistências na atração de investimentos estrangeiros e domésticos, e no desenvolvimento de práticas agrícolas sustentáveis, e também ajuda a identificar mercados para produtos agrícolas orgânicos e o biocomércio, além de promover a remoção de barreiras não tarifárias. E somado a tudo isso, a UNCTAD fornece aos agricultores informações de mercado a fim de que obtenham os melhores preços para seus produtos (ONU, 2020). Outro exemplo significativo é o Fundo Monetário Internacional (FMI), que através de equipes capacitadas oferece assessorias baseadas em diagnósticos específicos de cada país, considerando questões de políticas monetárias, taxas de câmbio, e políticas comerciais. Essa ação do FMI objetiva atenuar os impactos da alta de preços dos alimentos e combustíveis sobre os pobres frente a crises mundiais, além de prestar assistência financeira a um grupo de países de baixa renda através de sua Unidade de Crescimento e Redução da Pobreza (ONU, 2020).

Para o Banco Mundial (2020), melhorar o acesso a alimentos seguros e nutritivos é fundamental para garantir perspectivas positivas para gerações futuras. De acordo com a instituição, a má nutrição e as doenças transmitidas por alimentos contaminados impõem grandes custos humanos, econômicos, sociais e fiscais aos países, e uma redução desses custos requer uma abordagem multissetorial. Investindo de maneira correta, a agricultura e os sistemas alimentares podem fornecer alimentos adequados, acessíveis, nutritivos e seguros para toda a

população mundial, e desse modo, o Banco Mundial atua com parceiros na criação de sistemas alimentares que possam alimentar toda a população, em qualquer lugar do mundo, e por todos os dias, melhorando a SA, promovendo a ‘agricultura sensível à nutrição’, e melhorando a SA. O Banco Mundial é um dos principais financiadores de sistemas alimentares, honrando US\$ 6,8 bilhões em novos compromissos no Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento/Associação Internacional de Desenvolvimento (BIRD/AID)² com a agricultura e setores relacionados no ano de 2018.

Muitas coisas mudaram desde 1974, quando a FAO começou a debater sobre o tamanho da fome no mundo. A população mundial vem crescendo constantemente, e atualmente a maior parte das pessoas já vive na área urbana. A tecnologia evoluiu a um ritmo excepcional e a economia se torna cada vez mais interconectada e globalizada. A partir disso foi possível perceber grandes mudanças na forma como os alimentos são produzidos, distribuídos, e consumidos mundo afora. (FAO et al. 2019).

Muitas das cidades consideradas em desenvolvimento do século XXI estão com a sua SA ameaçada. De acordo com o estudo da FAO et al. (2019), as famílias urbanas pobres gastam cerca de 80% de sua renda com a alimentação, o que as deixa vulneráveis ao aumento de preços dos alimentos, ou à diminuição ou perda de renda. A FAO estima que após a inflação do valor dos alimentos de 2007 e 2008, somado à subsequente recessão econômica da época, o número de pessoas que sofriam de fome crônica no mundo aumentou de 100 milhões para cerca de 1 bilhão de pessoas, em sua maioria, a população urbana pobre, composta, sobretudo, de mulheres e crianças. Na África e Ásia, a população urbana gasta até 50% do seu orçamento alimentar em produtos “prontos”. Esses produtos, em sua maior parte, são carentes de vitaminas e minerais essenciais à saúde. Nos países em desenvolvimento, as frutas e hortaliças, fontes naturais de maior abundância de micronutrientes, têm um consumo diário entre 20 e 50% do valor recomendado pela FAO e pela OMS.

A insegurança alimentar vai além da fome e um dos outros grandes efeitos da má alimentação são o sobrepeso, a obesidade, e outras doenças relacionadas, como diabetes. As refeições ricas em gorduras e açúcares são responsáveis pelo aumento considerável de pessoas obesas ao redor do mundo. O número de pessoas que sofrem de fome, somado à insegurança alimentar, e o rápido aumento da obesidade, vem lentamente aumentando nos últimos anos. Nenhum grupo de pessoas se exclui desse problema: a quantidade de pessoas obesas superou a quantidade de pessoas desnutridas já no ano de 2016 (FAO et al. 2019). Para o combate a esses problemas, a horticultura urbana e periurbana ajudam cidades em desenvolvimento a enfrentar os problemas causados pela falta de alimentos, ou ainda, pela falta de uma alimentação saudável, fornecendo produtos frescos e

² BIRD é o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, uma instituição da ONU, e AID é a Associação Internacional de Desenvolvimento, que juntos formam o Banco Mundial.

nutritivos durante um ano inteiro. Somado a isso, torna mais fácil o acesso econômico dos pobres aos alimentos (FAO, 2020).

Até o ano de 2050, o mundo precisará ser capaz de alimentar mais de 9 bilhões de pessoas, o que exigirá um aumento na produção de quase 70% do que é consumido hoje. A expansão da classe média pelo mundo exigirá uma maior oferta de carne e outros alimentos ricos em proteínas, ao mesmo passo que o clima extremo deve reduzir o rendimento de importantes regiões agrícolas. Os preços do trigo, arroz, e de outras *commodities* alimentares básicas estão aumentando consideravelmente nas últimas décadas e a volatilidade dos preços dessas *commodities* podem trazer uma instabilidade enorme no preço dos alimentos (FIOCCO et al. 2015). Além dos alertas supracitados, segundo Fiocco et al. (2015), muitos países dedicam recursos a meios aos quais não tem condições de pagar em curto prazo, como por exemplo, subsídios e transferências de alimentos, dinheiro, e planos de ajuda a emergências, e nesses casos, os sistemas alimentares passam a ser vistos como um encargo fiscal. Reduzir estes encargos em prol de investimentos estratégicos no setor de alimentos e agricultura poderia transformar o que por ora é visto como responsabilidade em fontes de oportunidades econômicas.

A China, conforme veremos no próximo capítulo, passou por um largo processo de mudanças políticas, incluindo as que compõem o sistema de SA. Inicialmente, houve uma série de reduções de encargos fiscais no país asiático, a fim de aumentar e tornar mais eficiente e eficaz a produção de alimentos nas áreas rurais, e atender a demanda de sua enorme população. Porém, através de outras estratégias políticas, a população chinesa pobre diminuiu significativamente, e com um maior poder de compra, a demanda por alimentos cresceu de forma considerável. A China, recentemente, passou a ser incapaz de produzir em suas terras, algumas delas já severamente degradadas, e adotou uma nova política de SA, de abertura do seu mercado para o comércio exterior (OCDE, 2018). Não existe uma resposta correta para definir qual seria o sistema alimentar ideal de uma nação, mas as descobertas de Fiocco et. al. (2015), expõem que muitos países ainda não pensam de forma holística, e todos os países podem avançar em direção a uma economia alimentar que funcione bem se os setores público e privado trabalharem conjuntamente, a fim de planejar e investir a longo prazo. A China seria um bom exemplo de trabalho conjunto dos setores público e privado, porque após passar pelo período da Grande Fome, planejou a longo prazo, e desde então, vem investindo em diversos setores de seu interesse e alterando seu planejamento conforme necessidade.

No ano de 2008 o governo chinês publicou pela primeira vez um documento de política sobre a América Latina e Caribe. Esse documento tinha o objetivo de estabelecer uma parceria cooperativa de benefício mútuo e de desenvolvimento comum com os países da América Latina e Caribe. Em 2014, líderes de ambas partes se reuniram em Brasília, no Brasil, e anunciaram conjuntamente o estabelecimento de uma parceria abrangente e cooperativa de igualdade, benefício mútuo e desenvolvimento comum (XINHUA, 2016). Desde então, as relações entre

China e América Latina e Caribe, entraram em um novo estágio de cooperação abrangente, além de apoiarem-se em assuntos internacionais.

A China, um dos países mais preocupados com a SA no mundo, anualmente, divulga em um dos primeiros documentos políticos do ano, medidas ampliadas para que o governo possa vencer a batalha contra a pobreza geral de sua população, e fortalecer os elos fracos nas áreas rurais. Conforme apresenta o site oficial do governo chinês, temos em 2020 o décimo sétimo ano consecutivo em que este documento emitido pelo Comitê Central do Partido Comunista da China (PCC) e pelo Conselho do Estado, se concentra em questões rurais³. Este documento emitido na data de 05 de fevereiro de 2020, informa que medidas mais vigorosas e meticulosas serão adotadas a fim de resolver questões que incluam educação obrigatória, saúde, moradia, e água potável nas áreas rurais.

Dados da FAO do ano de 2018, apontaram que por três anos consecutivos houve um aumento no número de pessoas que sofrem de fome no mundo. Na região da América Latina e Caribe, cerca de 39,3 milhões de pessoas vivem em situação de subalimentação, o que corresponde a um crescimento de 400 mil pessoas nesta condição desde 2016. Conforme o relatório SOFI de 2018, a nível mundial, quase 821 milhões de pessoas foram vítimas da fome no ano de 2017, o que corresponde a um aumento de aproximadamente 17 milhões em relação ao ano de 2016. Esses dados destacam o imenso desafio de alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)⁴ da Fome Zero até o ano de 2030. Em complemento a esses desafios, o sobrepeso e a obesidade continuam crescendo acentuadamente em todas regiões, principalmente entre crianças em idade escolar e adultos.

No continente africano a situação é alarmante, visto que a região apresenta as maiores taxas de fome no mundo, que continuam crescendo lentamente em todas as suas sub- regiões. No leste da África, perto de um terço da população encontra-se em estado de desnutrição. O maior número de pessoas desnutridas, cerca de 500 milhões, vivem na Ásia, principalmente, nas regiões mais ao sul. Juntos, os continentes africano e asiático concentram a maior parcela de todas as formas de má nutrição. Além dos desafios da desnutrição crônica e aguda, África e Ásia também abrigam três quartos de todas as crianças com sobrepeso ao redor do planeta, o que se deve, principalmente, à adoção de dietas não saudáveis. Outro dado assustador apresentado pelo SOFI de 2018, diz que a possibilidade de estar no grupo com insegurança alimentar é maior para as mulheres do que para os homens em todos os continentes, especialmente na América Latina.

³ Para mais detalhes, veja: China's No. 1 central document prioritizes poverty relief, improving rural weak links - XINHUANET. Link disponível nas referências.

⁴ Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são objetivos globais que lutam contra a pobreza, que visam proteger o planeta terra, e que buscam garantir que todas as pessoas tenham paz e prosperidade (PNUD Brasil, 2020).

Um fato recente, que se inicia em dezembro de 2019, vem ganhando destaque em âmbito mundial: trata-se do novo coronavírus⁵. Em 21 de abril de 2020, a FAO, o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), o Banco Mundial, e o Programa Alimentar Mundial (PAM), emitiram uma declaração conjunta a respeito dos impactos da Covid-19 na Segurança Alimentar e Nutricional. A declaração fala que essa pandemia nos levou a uma perda significativa de vidas no mundo inteiro, e apresenta um desafio sem precedentes, com consequências sociais e econômicas profundas, que incluem a área da segurança e da nutrição alimentar.

Os impactos dessa pandemia ainda estão sob análise e as opiniões ainda dependem de verificação científica, porém, as manifestações de pesquisadores já sinalizam alguns aspectos relevantes, como apresenta Jank (2020) em sua publicação, dizendo que a mudança climática prometia matar aos poucos os seres humanos por sua falta de ação com relação ao planeta, e que este novo vírus já matou milhares de pessoas em hospitais totalmente despreparados, e por depressão pela parada brusca na economia. Com relação à cadeia mundial de alimentos, Saes (2020) divulga que a pandemia causada pela Covid-19 deixou um impacto profundo em suas transações.

Junto ao desenvolvimento de uma vacina, o setor de alimentos e seus *stakeholders* também são assunto importante a nível global, porque os alimentos são fundamentais para a sobrevivência humana, visto que a Covid-19 causou uma redução de mais de 25% na disponibilidade de mão de obra, e como consequência, pode gerar uma escassez imensa de alimentos ao redor do globo terrestre (GALANAKIS, 2020). Cullen (2020) diz que as prateleiras de supermercado, à época de sua declaração, ainda tinham estoque, porém, uma crise prolongada por conta da pandemia poderia colocar uma pressão enorme sobre as cadeias de suprimento de alimentos, uma rede complexa de interações, que envolve agricultores, insumos agrícolas, plantas de processamento, remessas, o varejo, e todos os que compõem este ciclo até chegar no consumidor final: a população.

A pandemia já afetava todo o sistema alimentar, desde os meses iniciais do ano. As restrições à circulação dentro e entre países ainda prejudicam os serviços de logística dos alimentos, interrompendo cadeias inteiras de suprimento e afetando a disponibilidade dos alimentos. Além disso, os impactos no movimento da mão de obra agrícola e no suprimento de insumos, impuseram desafios críticos à produção de alimentos, o que compromete a SA de todas as pessoas, principalmente as mais pobres (FAO et al., 2020). Sob esse aspecto, os países precisam trabalhar juntos, a fim de fortalecer a cooperação durante todo o período da pandemia. É de suma importância garantir que políticas não distorçam os mercados globais, como por

⁵ Os primeiros casos da Covid-19 foram identificados na cidade de Wuhan, China. Inicialmente, surgiu a hipótese dessa doença ter sido transmitida por animais marinhos, porque os primeiros infectados tinham ligações diretas com um mercado local de frutos do mar. Depois disso, outros animais, como o morcego, também entraram na pauta de discussões acerca do tema. Mas fato é que a Covid-19 se alastrou de forma rápida pelo mundo inteiro e tornou-se, conforme declaração da OMS, em uma pandemia.

exemplo, medidas de curto prazo que restrinjam o comércio de alimentos. Cullen (2020) afirmou que ao contrário da crise alimentar global de 2007/08, a escassez de produtos ainda não era o maior problema, por volta do final do mês de março deste ano, quando a pandemia começava a se alastrar por todo o globo, porque o fornecimento de *commodities* básicas ainda funcionava bem. O que precisaria ser feito, é o transporte dessas *commodities* até os países que mais estivessem necessitando. Segundo a FAO et al. (2020), um esforço coletivo para garantir que os mercados continuem funcionando e que informações oportunas e confiáveis a respeito estejam disponíveis a todos os países, se faz necessário. Isso fará com que o nível de incerteza seja reduzido, e permitirá aos produtores, consumidores, comerciantes e processadores, tomar decisões acertadas sobre produção e comércio de alimentos.

Olhando para esse quadro pandêmico, é relevante discutir sobre como o Brasil pode contribuir para a redução dos impactos negativos causados pela Covid-19 na cadeia alimentar mundial, e sobre quais as oportunidades e políticas que devem vir a surgir daqui em diante. A SA será duramente prejudicada por esta pandemia, e o Brasil, como um dos maiores produtores de alimentos no mundo, é detentor de grandes oportunidades, tanto no que diz respeito a auxiliar a cadeia de alimentos mundial, quanto como um possível embalo econômico para o país neste momento de crise. Em sequência, serão apresentadas as políticas de SA da China e uma visão geral sobre a fome, os investimentos e a importação de alimentos chinesa, e depois, serão apresentados a área do agronegócio brasileiro, e a infraestrutura do país.

3 CHINA: A FOME, AS POLÍTICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR, ESTRATÉGIAS E INVESTIMENTOS

A fome vem sendo um assunto de extrema importância para a China nas últimas seis décadas. A história chinesa é marcada por um período de muita fome, datado entre os anos de 1958 a 1962. Conforme CHANG-SHENG (2004), este período é definido pelos historiadores chineses como o período do “Grande Salto para Frente”, um projeto político de Mao Zedong. A expressão “Grande Salto”, embora tratasse de um plano que englobava mais áreas, era considerada também uma afirmação de que a cooperação agrícola havia criado condições e a necessidade de realizar um grande salto na produção agrícola. Isso fez com que o Diário do Povo, o jornal porta-voz do PCC, na época, clamasse por “grandes saltos” em todos os setores da economia. Ao final de 1957, os dirigentes do PCC iniciaram uma mobilização dos camponeses para uma série de novas tarefas de controle e irrigação. No mês de janeiro de 1958, cerca de 100 milhões de camponeses já tinham aberto cerca de 7,8 milhões de hectares de terras através de obras de irrigação. Essa coação ao trabalho acabou acarretando em um conjunto gigantesco de novos problemas sociais à medida que os homens camponeses eram afastados das cooperativas e de suas famílias para trabalhar longe de casa.

Enquanto Mao reprimia os críticos do “Grande Salto”, os camponeses de toda a extensão territorial da China já passavam fome. A quantidade média de grãos disponível por cada pessoa no campo caiu de 205 quilos no ano de 1957, para 201 em 1958, 183 em 1959, e desastrosos 156 quilos em 1960. No ano de 1961, a disponibilidade de grãos caiu mais uma vez, para absurdos 154 quilos (CHANG-SHENG, 2004), e o resultado disso tudo foi uma fome em escala quase imensurável, que fez com que mais de 30 milhões de pessoas morressem nesse período. Segundo Dikötter (2010), este experimento acabou como a maior catástrofe que a China já presenciou, deixando desnutridas dezenas de milhões de pessoas. E para além disso, muitos outros morreram nos anos subsequentes à crise, devido ao longo tempo de desnutrição. O “Grande Salto para Frente”, foi, na verdade, um salto imenso para trás, fazendo com que a fome se arrastasse pela China inteira, de norte a sul (CHANG-SHENG, 2004).

Para além do período de Grande Fome, até o ano de 2012, conforme Vieira et al. (2016), existiam cerca de 200 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza na China. Nas últimas três décadas, a China reduziu em mais de 600 milhões o número de pessoas que vivem abaixo dessa linha, alcançando o status de país de renda média. De acordo com o governo chinês, desde 2012 a China tirou mais 95 milhões de pessoas da pobreza, sendo 2020 o último ano da campanha que propunha tirar dessa situação todos aqueles que vivem abaixo da linha de pobreza do país, além de garantir meios pelos quais essas pessoas não retornem a essa situação.

Vieira et al. (2016) afirmam que para preservar o seu crescimento, a economia chinesa está passando por mudanças estruturais profundas, que envolvem as mais diversas áreas, como urbanização, elevação da produtividade e da eficiência em setores intensivos de mão de obra, controle da poluição, e uma maior preocupação com o meio ambiente e recursos naturais. Neste capítulo, serão apresentadas discussões sobre as políticas de SA da China, e dados sobre investimentos e importações chinesas.

3.1 O cotidiano chinês e suas políticas de Segurança Alimentar

Não existem dúvidas de que o principal fundamento da importância da SA para a China é a sua população, que mesmo em uma atual fase de desaceleração (o crescimento populacional, de acordo com o Banco Mundial, foi de 3,81 milhões de habitantes em 2018), ainda ocupa a primeira posição no ranking de países mais populosos do mundo. Porém, a população não é o único fundamento do “apetite chinês”, complementam Vieira et al. (2016), que ressaltam que os fatores de natureza econômica também compõem o termo. Ainda de acordo com os autores, mesmo com o exorbitante crescimento das riquezas da China, a renda *per capita* há pouco tempo atrás, ainda era baixa quando comparada à do mundo. Isso indicava que a economia chinesa ainda atravessaria um longo caminho até conseguir elevar os padrões de vida da sua população, o que também implica numa elevação de seu consumo alimentar.

Apesar de sua rápida ascensão, a China ainda é um país em desenvolvimento. Atualmente, de acordo com o Banco Mundial (2020), possui cerca de 1,4 bilhões de habitantes, e tendo passado por uma era importante de reforma e abertura, após trinta anos de reforma econômica o país tornou-se na segunda maior economia do mundo. Em razão do seu elevado número de habitantes, como citado acima, a China sempre esteve atenta ao desenvolvimento da alimentação e da agricultura.

A China passou por uma grande reforma econômica iniciada em 1978, e conforme Huang et al., (2017) as mudanças institucionais e tecnológicas vem sendo uma fonte importante do crescimento agrícola da China. Além disso, a reforma gradual do mercado e a liberalização do comércio favoreceram a transformação de uma China de economia planejada, para uma China de economia orientada ao mercado. Essa mudança acabou favorecendo o crescimento geral da produção agrícola e a mudança da estrutura de mercadorias, desde o início da década de 1990. Importante ressalva aos investimentos em infraestrutura rural, como por exemplo, a irrigação, que contribuiu exaustivamente para o crescimento da agricultura chinesa nas últimas quatro décadas. O uso de pesticidas, a mecanização, e o aumento de fertilizantes químicos, também contribuíram para o crescimento da produção agrícola chinesa (HUANG et al., 2017).

Se o crescimento da produção agrícola não se mantiver em evolução com o passar dos anos, a China poderá depender ainda mais das importações de alimentos provenientes do mercado externo. E para tanto, nas últimas três décadas, os objetivos da política agrícola da China evoluíram para garantir a SA, aumentar a renda dos agricultores, aumentar a competitividade, e melhorar o desempenho ambiental da agricultura. Desde a década de 1990, as políticas agrícolas da China mudaram fundamentalmente, da exploração à promoção e subsídios ao setor agrícola (OCDE, 2018). O governo chinês implementou uma variedade de subsídios para os agricultores a partir de 2004, como os subsídios diretos a grãos, a máquinas, e a insumos agregados. O imposto agrícola foi completamente eliminado no ano de 2006, e mudanças como essas permitiram um aumento na renda dos agricultores, além de um forte incentivo a oferta de produtos (HUANG et al., 2017).

A China, depois de uma grande reforma estrutural, passou a ser autossuficiente no suprimento de alimentos, sendo capaz de alimentar sua população de quase 1,4 bilhão de pessoas, além de melhorar de forma notável a qualidade de vida e de nutrição de seus habitantes. Ocupando a posição de país em maior desenvolvimento no mundo, a China representava já na época uma força positiva na proteção da SA mundial, sendo parte ativa da governança global de SA, aprimorando trocas e cooperações internacionais, e apoiando o sistema multilateral de comércio. Além disso, ela ainda hoje contribui implementando a Agenda 2030 da ONU, os ODS (SCIO, 2019).

Vários documentos de políticas emitidos no início do século XX estabeleceram o foco em aumentar a produção de alimentos e atingir esse estado de autossuficiência alimentar através de recursos domésticos. O *white paper* da *The Grain Issue* na China de 1996 expôs a meta de aumentar o nível de autossuficiência para 95% (OECD, 2018). Todo esse enfoque na autossuficiência envolveu a garantia de produzir alimentos, proteger terras agrícolas básicas, determinar terras agrícolas permanentes, e melhorar a produtividade. Com isso, a China viu acontecerem aumentos significativos no poder de compra das famílias, com um aumento de 149% nas despesas de consumo, e aumento de 125% no PIB per capita, após o ajuste pela inflação. Nesse mesmo período, a demanda por vários alimentos subiu (ELLEN MACARTHUR FOUNDATION, 2018).

A mudança no perfil da demanda de alimentos chinesa é por parte explicada pelo processo de urbanização da economia da China, processo esse que pode ser entendido como um aumento no número de pessoas que passaram a viver em comunidades com uma área de extensão territorial pequena. Ademais, a crescente industrialização acabou por acelerar o processo de êxodo rural para as cidades, o que favoreceu a adoção de padrões de consumo baseados em alimentos de rápido preparo. No ano de 1993, cerca de 9% dos gastos da população chinesa eram feitos fora de suas casas, percentual que aumentou para 21% no ano de 2005. Em paralelo a isso, a renda *per capita* da população rural, que em comparação à renda da população urbana correspondia a aproximados 30%, também vinha crescendo (SANTOS et al. 2012).

Essa rápida industrialização e urbanização fizeram com que a China passasse a ter problemas em suprir a nova demanda de alimentos de sua população, o que sinalizou também para um grave problema: a pressão ambiental sob o sistema de produção vigente naquele momento. (OECD, 2018). Desse modo, em reconhecimento ao custo econômico e ambiental da manutenção da política de autossuficiência praticada até então, a China anunciou uma nova estratégia de SA, em 2014, que propunha garantir a SA utilizando recursos nacionais e internacionais, além de promover o desenvolvimento agrícola sustentável. Ademais, o crescimento econômico chinês provocou importantes mudanças na estrutura mundial da demanda por alimentos nas últimas décadas: em decorrência dessas transformações, ocorreram, por exemplo, importantes aumentos das exportações brasileiras de origem agrícola para a China (SANTOS et al. 2012). A China é o exemplo mais ilustrativo de uma economia que passou por grandes transformações estruturais e que, em consequência a isso, mudou seus hábitos e seu consumo alimentar. De acordo com Santos et al. (2012), na década de 1970 a agricultura representava 35% do PIB chinês, caindo para 11% no ano de 2008. Toda a reforma estrutural da China, que passou a ser uma economia voltada ao mercado, somado à sua rápida industrialização, e à ampliação do ramo de serviços, elevou o peso ocupado pelas demais atividades em sua economia.

Conforme Vieira et al. (2016), a agricultura chinesa passa por uma reestruturação notável. Dada a escassez de terras agricultáveis, a China passou a priorizar produções de proteínas animais, frutas e vegetais, todos esses produtos mais intensivos no uso dos fatores de produção. O algodão, o arroz, as leguminosas, a soja e o trigo liberaram mais de 40 milhões de hectares nas últimas três décadas, e as frutas e verduras cresceram em cerca de 48 milhões de hectares. Os autores afirmam ainda que embora o governo chinês estimule o uso crescente de insumos na produção de grãos e algodão, alguns fatores como a água, a terra e a pulverização da produção em pequenos produtores sempre serão restrições ao incremento da produção desses produtos. No caso do trigo e do arroz, a redução da produção é compensada pela redução no consumo. Estudos feitos por Vieira et al. (2016) apontam que a China consegue garantir a sua autossuficiência, mas, que é impossível ignorar outras pesquisas que apontam a necessidade do aumento das

importações, que junto à sua produção agrícola, garantam o seu abastecimento interno.

A China aderiu em 2016 a uma política externa de abertura, e se diz pronta para expandir interesses comuns com outros países, além de promover a construção de um novo tipo de relação internacional, em que todos os países envolvidos saem ganhando (CHINA'S WHITE PAPER, 2016). Vale ressaltar que desde sua adesão à OMC, conforme estudo publicado pela OCDE (2018), a China trabalha com tarifas baixas em produtos agrícolas para a maioria de suas mercadorias, e atualmente, a tarifa média simples aplicada das importações agrícolas é de 15,6%

Na próxima década será testada a capacidade do setor agrícola da China de suprir de forma adequada a demanda de alimentos para o crescente e instável apetite de sua população urbana, sem criar impactos ambientais negativos e em excesso. Aproximadamente um terço dos alimentos cultivados pela China para o consumo humano é desperdiçado ou perdido nos dias de hoje, e mais de quarenta por cento das terras aráveis têm solo moderado ou severamente degradado. E enquanto isso, a dieta urbana chinesa está mudando para a carne, tornando-a mais intensiva em recursos (ELLEN MACARTHUR FOUNDATION, 2018). Conforme o estudo apresentado pela Ellen MacArthur Foundation (2018), nenhuma questão passou despercebida, e a partir disso, o governo chinês apresenta suas intenções de aumentar a produtividade agrícola e reduzir as perdas de alimentos. Isso tudo para que a China possa manter um alto grau de SA nas próximas décadas.

Em resumo, nas últimas décadas, os objetivos de política agrícola da China foram diversificados, e isso fez com que a produção de alimentos aumentasse a renda dos agricultores, garantisse a segurança dos alimentos, e melhorasse a competitividade e o desempenho ambiental. As políticas agrícolas anteriores foram amplamente direcionadas para alcançar a quase autossuficiência dos principais grãos (OCDE, 2018), porém, a China recentemente mudou sua estratégia de SA, para garantir a produção de alimentos através dos recursos domésticos disponíveis, da abertura de seu mercado, importando o necessário, e utilizando-se da tecnologia e da ciência, a fim de produzir de maneira adequada.

Um aspecto interessante sobre a atual situação chinesa é o comércio internacional: a China é o país que mais exporta no mundo, e o segundo país que mais importa produtos (OMC, 2020). Considerando estes dados, a China vem gerando superávits em sua balança comercial todos os anos. Conforme Vieira et al. (2016), este dinamismo da economia transformou a China no principal destino de investimentos estrangeiros, e também, no país com mais reservas internacionais do mundo, com cifras superiores a 3,1 trilhões no ano de 2018, conforme o Banco Mundial (2020). Esses investimentos externos permitem que a China reinvesta no exterior. Esse reinvestimento tem a finalidade de sustentar importações estratégicas de alimentos produzidos no mundo inteiro.

A partir do século XXI, a cooperação de uma China melhor estruturada com a FAO⁶ entrou em uma nova fase, porque além de receber a assistência necessária, a China se tornou um dos principais apoiadores dos esforços da FAO no combate à fome e à insegurança alimentar.

3.2 Investimentos da China no Mundo e no Brasil

O crescimento explosivo chinês e a sua rápida transformação estrutural de uma sociedade rural para uma economia urbano-industrial, conforme Vieira et al., (2016), introduziram fissuras na tradicional política de autossuficiência alimentar da China, o que a obrigou a abrir, de forma seletiva, o mercado de alimentos para as importações de produtos agrícolas, em especial, a soja e a carne bovina. A China tem o grande desafio de compatibilizar o uso de seus escassos recursos naturais com a dimensão de suas necessidades em uma perspectiva de sustentabilidade nacional e global (VIEIRA et al., 2016). E olhando para este cenário, pode-se afirmar que a China teria hoje dificuldades para produzir em nível de garantir a SA de sua população somente com produção interna, visto que diversas faixas de terra estão moderada ou severamente degradadas.

Em razão disso, os líderes nacionais da China sempre trataram com extrema seriedade todos os assuntos relacionados à SA no país e no mundo. As novas políticas chinesas fizeram com que o governo chinês passasse a investir em outros territórios, inclusive no Brasil. A nova estratégia da China valoriza o desenvolvimento agrícola sustentável, e reconhece que o aumento da produção doméstica não pode ser alcançado sem causar danos ambientais irreversíveis⁷. A nova estratégia de SA não se concentra só mais na quantidade, mas considera também aspectos de qualidade e segurança dos alimentos (OECD, 2018).

Para discorrer sobre os investimentos gerais da China no mundo e no Brasil, serão expostos alguns gráficos e tabelas sobre quais são os setores em que a China têm investido nas últimas duas décadas⁸, sobre os principais concorrentes do Brasil no mercado chinês, e sobre o consumo mundial e chinês de produtos agrícolas.

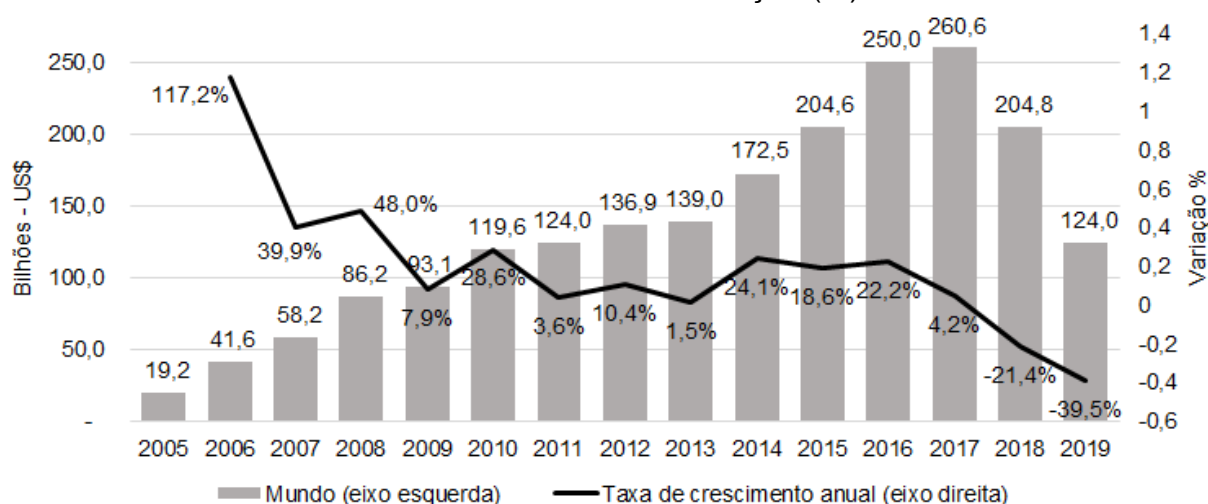
⁶ A China e a FAO, em conjunto a várias outras partes interessadas no país, desenvolveu uma Estrutura de Programação do País (Country Programming Framework - CPF) para o período entre 2016-2020, que corresponde ao 16º Período de Desenvolvimento Quinquenal. A CPF estabelece quatro estruturas prioritárias: a promoção do desenvolvimento agrícola sustentável e resiliente ao clima; a redução da pobreza rural, insegurança alimentar e desnutrição; a promoção de uma abordagem de saúde única para o comércio agrícola sustentável; melhorias na saúde pública; e a promoção da cooperação agrícola.

⁷ As terras agrícolas são super utilizadas, o uso de pesticidas e fertilizantes excede os padrões de segurança, e as terras agrícolas e recursos hídricos sofrem poluição e degradação graves (OECD, 2018).

⁸ O período selecionado se deve à disponibilidade de dados encontrados.

No primeiro gráfico, é possível observar os investimentos feitos pela China, em bilhões de dólares, e a taxa de crescimento anual. Desde o ano de 2005, é possível afirmar que os investimentos chineses ao redor do mundo têm aumentado. No período correspondente aos anos entre 2014 a 2017, é possível observar um crescente e significativo aumento no valor dos investimentos realizados pela China, tendo o ano de 2017 o maior valor de investimentos: US\$ 260,6 bilhões. A partir do ano de 2018, porém, esse valor começa a registrar quedas, tendo em 2019 cerca de US\$ 124 bilhões em investimentos, o que caracteriza uma redução de mais de 50% no valor total investido no estrangeiro frente ao verificado em 2017.

Gráfico 1 - Investimentos Realizados pela China ao Redor do Mundo no Período entre 2005 a 2019 em Bilhões de Dólares/Taxa de Variação (%)



Fonte: elaboração própria a partir de American Enterprise Institute (2020).

Em sequência, a tabela 1 mostra quais são os principais setores nos quais a China investiu entre 2005 a 2019 em territórios estrangeiros. O setor energético obteve maior percentual em quase todos os anos, sendo superado pelo setor de transportes⁹ somente no ano de 2018. Ambos os setores possuem ligações com o setor de agricultura, que teve no ano de 2017 um investimento considerável, chegando a 18,3% dos investimentos totais. O setor da agricultura, porém, com exceção do ano de 2017, recebe um investimento direto relativamente baixo em percentual, com uma média máxima de 3,6% no ano de 2016. Dessa forma, é possível constatar que a China, embora não tenha investido na área da agricultura em específico, investiu em outros setores relacionados e com alto grau de relevância para a agricultura. Os dados das tabelas e do gráfico, apontam que a China está investindo de forma indireta em áreas que se relacionam com a agricultura.

Tabela 1 - Distribuição dos investimentos realizados pela China no mundo, por setor, em percentual (%).

⁹ Para fins de esclarecimento, o setor de transportes refere-se à investimentos nos modais: estradas, portos, e aeroportos; e o setor de logística corresponde à investimentos em operações de gestão logística, consultorias, e administradores de portos e aeroportos.

Setor	2005	2010	2015	2016	2017	2018	2019
Agricultura	1,1%	3,3%	1,1%	3,6%	18,3%	1,2%	2,5%
Produtos químicos	2,8%	2,7%	1,4%	1,4%	1,3%	1,3%	3,5%
Energia	45,8%	56,4%	33,8%	28,4%	20,1%	27,6%	34,3%
Entretenimento	0,0%	0,4%	1,9%	7,2%	2,7%	1,5%	5,6%
Finanças	0,0%	2,5%	6,5%	1,2%	6,1%	2,1%	0,9%
Saúde	0,0%	0,2%	1,2%	1,5%	2,2%	3,1%	2,0%
Logística	0,0%	0,2%	3,2%	0,6%	9,3%	0,4%	0,6%
Metais	17,2%	12,5%	4,5%	2,4%	2,6%	11,0%	6,3%
Outros	0,0%	1,3%	2,1%	5,5%	3,4%	7,9%	4,7%
Imobiliário	10,1%	6,8%	12,3%	9,3%	10,1%	6,5%	8,7%
Tecnologia	9,1%	2,1%	4,5%	9,7%	1,3%	4,6%	2,1%
Turismo	0,0%	0,1%	2,2%	9,2%	2,1%	0,5%	2,0%
Transporte	12,6%	10,0%	23,0%	17,3%	19,3%	31,2%	22,9%
Serviços de utilidade pública	1,3%	1,5%	2,3%	2,7%	1,2%	1,1%	3,9%

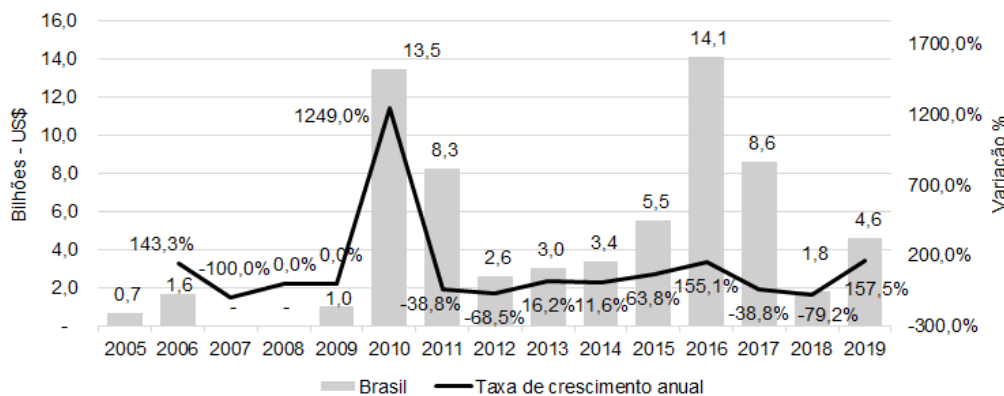
Fonte: elaboração própria a partir dos dados extraídos do American Enterprise Institute (2020).

Desde o ano de 2013, o governo chinês estabelece uma série de iniciativas e medidas importantes, a fim de fortalecer as relações e a cooperação da China com a América Latina e o Caribe. Essa medida fornece novos objetivos de desenvolvimento e novas forças motrizes para essas relações (CHINA'S WHITE PAPER, 2016). A China visualiza a América Latina como um espaço prioritário em seu projeto de manutenção e avanço do desenvolvimento socioeconômico. Conforme Oliveira (2016), não só por conta do relacionamento econômico-comercial, mas também num sentido de estabelecer parcerias políticas. E é neste ponto que o Brasil se mostra como uma das potenciais grandes parcerias da China.

Nos últimos vinte anos o Brasil se tornou o maior fornecedor de produtos agrícolas para o mercado chinês, e com as exportações aceleradas, houve significativas transformações tecnológicas e organizacionais na agricultura brasileira (VIEIRA et al., 2016). As empresas chinesas, segundo Oliveira (2017), têm posição de destaque entre os principais investidores em busca de terras no Brasil, porém sua pesquisa revela que a China ainda está muito atrás dos investidores do norte global. Conforme veremos posteriormente na análise de estudos empíricos, o Brasil não tem tido êxito na atração de investimentos provenientes da China. Isso provavelmente ocorre porque a China entende que o Brasil é um país que não necessita de reforços para manter-se como um de seus principais fornecedores, e acaba utilizando uma estratégia que reforça a capacidade de outros países que podem atuar como competidores do Brasil neste segmento.

No Gráfico 2, é possível verificar que no ano de 2010 e 2016 o Brasil recebeu altos investimentos chineses, com um valor aproximado, respectivamente, de US\$ 13,5 bilhões, e US\$ 14,1 bilhões. As maiores variações foram observadas em 2010, mais de 1.000% frente ao anterior, e em 2016 e 2019, quando foram de 155,1% e 157,5%, respectivamente.

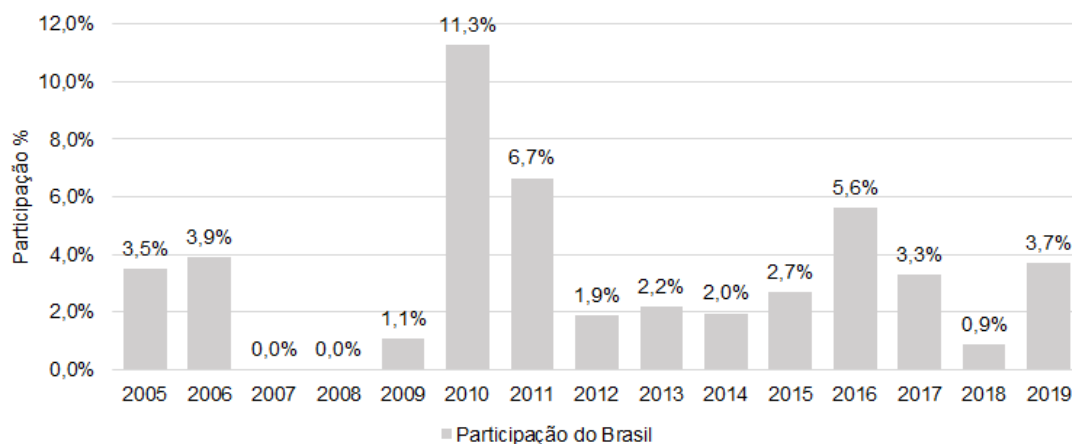
Gráfico 2 - Investimentos Realizados pela China no Brasil, no Período entre 2005 a 2019 em Bilhões de Dólares/Taxa de Crescimento Anual (%).



Fonte: elaboração própria a partir de dados do American Enterprise Institute (2020).

O gráfico 3 apresenta a representatividade dos investimentos destinados ao Brasil no total realizado pela China. Percebe-se que, mesmo que no ano de 2016 tenhamos um valor, em bilhões de dólares, superior aos outros anos, a representatividade neste ano é inferior à de 2010, e inclusive, 2011. Isso se deve ao fato da China, conforme é apresentado pelo gráfico 1, ter aportado um valor maior de investimentos no estrangeiro no ano de 2016, com um total de US\$ 250 bilhões. Esse valor só foi superado no ano de 2017, com cerca de US\$ 260,6 bilhões, dos quais 3,3% foram direcionados ao Brasil.

Gráfico 3 - Investimentos Realizados pela China no Brasil - Participação Percentual (%) no Total.



Fonte: elaboração própria a partir de dados do American Enterprise Institute (2020).

Os investimentos chineses no Brasil dividem-se em alguns setores, dos quais é possível destacar, a partir da tabela 2, os de agricultura, energia, logística, tecnologia, e transporte, por serem de maior relevância para este trabalho. Nos anos de 2007 e 2008, o Brasil não recebeu investimentos provenientes da China em nenhuma área. O setor específico de agricultura recebeu investimentos nos anos de 2011, 2013, 2014, 2016, e 2017, dentre os quais, destacam-se os anos de 2014 e 2017, com cerca de 22,3%, e 15,7%, respectivamente, do valor total investido pela China no Brasil. O setor que tem maior investimento oriundo da China no Brasil é o de energia, que compreende fontes tradicionais e fontes renováveis. Apenas nos

anos de 2007, 2008 e 2009 a China não investiu na área energética brasileira, que anualmente tem participações superiores a 40% dos investimentos totais, chegando em 2010 a incríveis 88,1%, e em 2015 a 86,8% do valor total investido em solo brasileiro.

Fazendo uma análise dos últimos cinco anos, que compreendem o período entre 2015 a 2019, os setores com maior percentual dos investimentos são o de energia e transporte. O setor energético se relaciona com a área da agricultura, porque, conforme o relatório “Energy, Agriculture and Climate Change”, da FAO (2016), a produção de alimentos agrícolas consome cerca de 30% da demanda mundial por energia. Se considerarmos que até 2050 a população mundial crescerá a um nível significativo, superando os 9 bilhões de habitantes, pode-se prever uma alta na demanda por energia para a produção agrícola. É por esta razão que investimentos no setor energético também podem estar relacionados com o setor agrícola. O setor de transportes, como supracitado, é de suma importância por se tratar dos meios pelos quais são transportados os produtos. Essas são áreas que, possivelmente, a China considere que tenham uma maior deficiência em território brasileiro, e que necessitem de aporte financeiro para seus respectivos desenvolvimentos.

Tabela 2 - Distribuição dos investimentos realizados pela China no Brasil por setor, em percentual (%).

Setor	2005	2006	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Agricultura	-	-	-	-	6,9%	-	10,6%	22,3%	-	2,1%	15,7%	-	-
Produtos químicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10,7%	-	-	-
Energia	64,2%	79,1%	-	88,1%	58,2%	57,3%	58,9%	44,5%	86,8%	85,9%	67,5%	40,2%	80,5%
Finanças	-	-	-	1,5%	1,2%	7,7%	23,8%	21,4%	3,1%	-	-	15,6%	-
Logística	-	-	-	-	-	17,7%	-	-	-	-	-	-	-
Metais	35,8%	20,9%	90,0%	8,9%	23,6%	-	-	-	-	-	-	-	4,8%
Imobiliário	-	-	-	1,5%	-	-	6,6%	8,9%	1,8%	0,7%	1,2%	-	-
Tecnologia	-	-	-	-	2,4%	5,8%	-	3,0%	-	0,0%	-	-	-
Transporte	-	-	10,0%	-	7,6%	11,5%	-	-	8,3%	0,7%	15,7%	33,5%	14,8%
Serviços de utilidade pública	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10,6%	-

Observação: O Brasil não recebeu investimentos chineses em 2007 e 2008, e por isso, estes anos não aparecem na tabela.

Fonte: elaboração própria a partir de dados do American Enterprise Institute (2020).

Considerando todos os dados e materiais levantados para esta seção do trabalho, que trata dos investimentos chineses no Brasil, pode-se observar que o investimento realizado pela China no Brasil não é algo regular no que tange à forma e à quantidade investida, com os anos de 2007 e 2008, inclusive, sem nenhum investimento em solo brasileiro. Com relação aos investimentos por setor, a China também alterna entre uns e outros, mas ainda assim, é possível destacar o setor energético e o de transportes, que por sua vez, possuem ligações diretas com a área agroalimentar.

3.3 Análise das Importações Chinesas de Alimento

Para uma análise sobre as importações chinesas totais, e também daquelas provenientes do mercado brasileiro, fará-se o uso da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) 2.0, gerida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE). A CNAE é a classificação adotada de forma oficial pelo Sistema Estatístico Nacional, e também pelos órgãos federais gestores de registros administrativos. A CNAE 2.0 engloba 21 seções, e deriva da versão 4 da *International Standard Industrial Classification of All Economic Activities* (ISIC 4) (CONCLA, 2020). Dentre as demais seções, o foco da pesquisa estará na seção A, que corresponde a agricultura, pecuária, produção florestal, pesca, e aquicultura, e também, na divisão de Fabricação de Produtos Alimentícios da seção C.

A seção A engloba a exploração ordenada de recursos naturais vegetais e animais em ambiente natural e protegido, abrangendo atividades de cultivo agrícola, e de criação e produção animal; o cultivo de espécies florestais para produção de madeira, celulose e proteção ambiental; a extração de madeira em florestas nativas, a coleta de produtos vegetais e a exploração de animais silvestres em seus habitats naturais; a pesca extrativa de peixes, crustáceos e moluscos, a coleta de produtos aquáticos, a aquicultura (criação e cultivo de animais e produtos aquáticos); e por fim, o cultivo de produtos agrícolas e a criação de animais modificados geneticamente. A seção A compreende ainda os serviços de apoio às unidades de produção nas atividades nela contida (CONCLA, 2020).

A divisão de Fabricação de Produtos Alimentícios, da seção C, compreende o processamento e a transformação de produtos da agricultura, pecuária, e pesca, em alimentos para uso humano e animal. Esta divisão organiza-se por atividades que processam e transformam diferentes tipos de produtos como carnes, pescados, frutas e legumes, leite, gorduras e óleos, grãos e produtos de moagem, entre outros. Compreende ainda, a fabricação de alimentos dietéticos, enriquecidos, complementos alimentares, e semelhantes. Esta divisão exclui os estabelecimentos que executam qualquer tipo de processamento no produto alimentício, visando de forma exclusiva, facilitar a comercialização (CONCLA, 2020).

Para fins de compreensão e denominação deste trabalho, a partir de agora o conjunto de produtos compreendidos pela seção A e pela divisão de Fabricação de Produtos Alimentícios da seção C, serão denominados por “produtos selecionados do agronegócio”. Em seguida, serão apresentadas as importações da China, totais e as originárias do Brasil. A China, conforme supracitado, optou por abrir seu mercado de produtos agrícolas para o mundo, por uma necessidade de alimentar sua expoente população, e por não degradar, ainda mais, as suas terras, como forma de apelo e preocupação com o meio ambiente. Para fins de compreensão do funcionamento do mercado chinês dos produtos selecionados do agronegócio, observam-se a seguir, a contextualização de dados de gráficos e tabelas com a teoria abordada por esta pesquisa.

No ano de 2018, a China importou o valor total de US\$123.059.754.615, dos quais 26,55% foram produtos selecionados do agronegócio do Brasil. Observa-se também, que os principais concorrentes do Brasil para este segmento são os Estados Unidos (11,69%), a Austrália (6,79%), o Canadá (5,96%), a Tailândia (5,59%), e a Nova Zelândia (5,4%) todos com mais de 5% de mercado cada um. O Brasil detém sozinho, mais de um quarto das importações totais da China, com valor maior do que o dobro do seu principal concorrente, os EUA, e quase quatro vezes maior que seu segundo concorrente, a Austrália.

Tabela 3 - Os Dez Maiores Exportadores dos Produtos Selecionados do Agronegócio para a China do ano de 2018.

País	2018 - Milhões de US\$	Participação 2018
Brasil	32.669	26,55%
Estados Unidos	14.388	11,69%
Austrália	8.356	6,79%
Canadá	7.335	5,96%
Tailândia	6.876	5,59%
Nova Zelândia	6.648	5,40%
Indonésia	4.918	4,00%
Vietnã	3.376	2,74%
Rússia	2.865	2,33%
Países Baixos	2.618	2,13%
Outros países	33.011	26,82%
Total	123.060	-

Fonte: elaboração própria a partir de dados extraídos do UN Comtrade.

Na tabela 4, é possível verificar todas as importações feitas pela China de produtos da seção A do CNAE 2.0, e da divisão de fabricação de produtos alimentícios da seção C, nos anos de 2000, 2005, 2010, 2015, e 2018 além do percentual de participação de cada subdivisão do grupo do ano de 2018, das taxas de crescimento médio anual entre 2000 e 2018, e da taxa de crescimento anual entre os anos de 2015 a 2018. Destaca-se o decréscimo da fabricação e refino de açúcar (-16,2%) no período correspondente entre 2015 a 2018, e também da produção de lavouras temporárias (-0,5%). Destaca-se também o crescimento dos laticínios (21%), e da horticultura e floricultura (17,6%) no mesmo período recente. A produção de lavouras temporárias, embora tenha decrescido no período entre 2015-2018, teve um crescimento de 25,5% no período total analisado, entre 2000-2018. O mesmo acontece com a fabricação e o refino de açúcar, que embora tenha decrescido no período entre 2015-2018, cresceu 12% no período total de análise.

Tabela 4 - Importações Totais da seção A do CNAE 2.0 da China.

CNAE 2.0 - Grupo	US\$/Milhões					Participação 2018	Taxa de crescimento médio anual 2000-2018	Taxa de crescimento médio anual 2015-2018
	2000	2005	2010	2015	2018			
Produção de lavouras temporárias	784	3.669	7.451	47.611	46.947	2,20%	25,5%	-0,5%
Abate e fabricação de produtos de carne	1.525	2.233	4.969	10.477	13.689	0,64%	13,0%	9,3%
Produção de lavouras permanentes	908	2.327	7.226	9.525	11.271	0,53%	15,0%	5,8%
Preservação do pescado e fabricação de produtos do pescado	1.677	3.821	5.652	6.800	10.624	0,50%	10,8%	16,0%
Laticínios	267	597	2.747	5.876	10.413	0,49%	22,6%	21,0%
Fabricação de óleos e gorduras vegetais e animais	1.049	3.261	9.176	7.809	8.759	0,41%	12,5%	3,9%
Produção de sementes e mudas certificadas	2.859	9.417	27.972	4.979	5.611	0,26%	3,8%	4,1%
Pecuária	816	1.428	2.437	3.798	4.264	0,20%	9,6%	3,9%
Moagem, fabricação de produtos amiláceos e de alimentos para animais	404	636	1.182	3.296	4.102	0,19%	13,7%	7,6%
Fabricação de outros produtos alimentícios	235	444	1.228	2.678	3.278	0,15%	15,8%	7,0%
Fabricação de conservas de frutas, legumes e outros vegetais	118	286	793	1.464	2.300	0,11%	17,9%	16,3%
Fabricação e refino de açúcar	136	386	906	1.774	1.045	0,05%	12,0%	-16,2%
Torrefação e moagem de café	3	13	54	336	346	0,02%	30,0%	1,0%
Horticultura e floricultura	55	45	138	195	318	0,01%	10,3%	17,6%
Caça e serviços relacionados	14	21	46	61	92	0,004%	11,2%	14,9%
Outros setores	214.244	631.368	1.324.023	1.572.884	2.011.923	94,24%	13,3%	8,6%
Total Geral	225.094	659.953	1.396.002	1.679.564	2.134.983	100,0%	13,3%	8,3%

Fonte: elaboração própria a partir dos dados extraídos do UN Comtrade.

A partir dos dados das tabelas 3 e 4, nota-se que o valor importado pela China dos produtos correspondentes ao agrupamento desta pesquisa, os produtos selecionados do agronegócio, correspondem a 5,92% das importações totais no ano de 2018. Nota-se, portanto, que cerca de 26,55% desse percentual é originário do Brasil. Além disso, podemos observar um considerável crescimento médio anual no valor de importação de alguns produtos no período entre os anos 2000 e 2018, principalmente da torrefação e moagem de café (32,3%), dos laticínios (22%), da horticultura e floricultura (19,6%), e da produção de lavouras permanentes (18%). No período correspondente aos anos entre 2015 a 2018, essa taxa de crescimento médio anual pode ser observada nos produtos de preservação do pescado e fabricação de produtos do pescado (22,4%), dos laticínios (19,9%), e da fabricação de conservas de frutas, legumes e outros vegetais (17,8%). A produção de sementes e mudas certificadas, embora corresponda ao maior valor em bilhões de dólares, e tenha tido um crescimento considerável no período entre 2000 a 2018, no período entre 2015 a 2018 pode-se afirmar que ficou estável, com um crescimento quase nulo (0,1%).

O expressivo crescimento em valor de importação da maioria dos produtos no período entre 2000 e 2018, pode estar ligado às mudanças e estratégias de políticas chinesas. Neste capítulo, na seção 3.1, observou-se que a China viu sua população pobre diminuir consideravelmente nas últimas décadas, e que o com o poder de compra maior, a demanda por alimentos subiu. Isso fez com que o sistema de auto-suficiência já não fosse mais o suficiente, porque com suas terras altamente

degradadas e uma pressão ambiental imensa, a China viu-se obrigada a abrir seu mercado para o comércio internacional.

Abaixo, é possível observar uma tabela com os dez principais produtos, considerando a categorização pelo Sistema Harmonizado de seis dígitos (SH6), importados pela China com origem do Brasil e sua distribuição percentual.

Tabela 5 - Os Dez principais produtos importados pela China provenientes do Brasil em 2018¹⁰ e distribuição percentual

Descrição do Produto	Valor em US\$:	Participação (%)
Total Geral	32.920.978.864,00	100%
Soja, mesmo triturada	28.843.062.874,00	87,61%
Carnes de animais da espécie bovina, congeladas	1.521.945.629,00	4,62%
Carnes e miudezas comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas, das aves da posição 0105	931.177.184,00	2,83%
Algodão, não cardado nem penteado	363.883.474,00	1,11%
Carnes de animais da espécie suína, frescas, refrigeradas, ou congeladas	317.338.280,00	0,96%
Tabaco não manufaturado; desperdícios de tabaco	236.578.839,00	0,72%
Açúcares de cana ou de beterraba e sacarose quimicamente pura, no estado sólido	222.859.660,00	0,68%
Óleo de soja e respectivas frações, mesmo refinados, mas não quimicamente modificados	153.671.703,00	0,47%
Sumos de frutas (incluindo os mostos de uvas) ou de produtos hortícolas, não fermentados (...)	98.773.436,00	0,30%
Óleo de amendoim e respectivas frações, mesmo refinados, mas não quimicamente modificados	47.342.032,00	0,14%

Fonte: elaboração própria a partir de dados extraídos do UN Comtrade.

Percebe-se a partir da tabela 5, que a soja, mesmo triturada, representa quase 88% dos produtos importados pela China do mercado brasileiro, o que equivale a um total de US\$ 28,84 bilhões. Todos os outros nove principais produtos importados correspondem a quase 12,0%, em sua maioria, carnes bovina, suína e de aves, que juntas, correspondem a 8,41%, ou US\$ 2,77 bilhões.

Desse modo, verifica-se que a China estabelece políticas claras voltadas à SA, que demonstram atenção ao tema. E nesse sentido, o Brasil aparece no radar de investimentos do país, bem como, entre seus principais fornecedores. Contudo, nota-se que a relevância do Brasil se dá, sobretudo, no fornecimento de *commodities* agrícolas de baixa intensidade tecnológica, como a soja, e não há a exploração de outras frentes nas quais o país poderia se destacar, como por exemplo, ampliar sua participação no fornecimento de produtos de maior valor agregado, como o de produtos intensivos em recursos naturais (laticínios e carnes), mas que passam por processos de industrialização, gerando maior emprego e renda.

Ademais, abaixo visualiza-se na tabela 6, um comparador histórico entre dados mundiais e dados da China, das despesas do consumidor com alimentos e bebidas não alcoólicas. Tomando a tabela como base, pode-se afirmar que há um crescimento anual das despesas da população chinesa com a sua alimentação. O mesmo ocorria até o ano de 2019 com o consumo mundial, porém em proporções menores. No ano de 2020, a estimativa apontada pelo Euromonitor é de um decréscimo de 11 dólares *per capita* no consumo mundial, decorrente da pandemia do coronavírus. Já na China, a expectativa é de um surpreendente crescimento de

¹⁰ Para a tabela entrar na página, o item de “sumos de frutas (...)” foi reduzido. A parte transcrita original e completa é “Sumos de frutas (incluindo mostos de uvas) ou de produtos hortícolas, não fermentados, sem adição de álcool, com ou sem adição de açúcar, ou de outros edulcorantes”.

136 dólares *per capita* do consumidor chinês, mesmo em função da pandemia. Para o ano de 2021, a expectativa apontada pelo Euromonitor (2020) é de crescimento no consumo tanto para o mundo (42 dólares *per capita*), quanto para a China (99 dólares *per capita*), sendo possível destacar que a China tem uma expectativa de valor maior que o dobro do consumo mundial de alimentos e bebidas não alcoólicas.

Tabela 6 - Histórico das Despesas do Consumidor com Alimentos e Bebidas Não Alcoólicas.

US\$ Per Capita	2000	2005	2010	2015	2017	2019	2020	2021
Mundo	701	745	824	917	947	972	961	1003
China	248	325	471	668	764	865	1001	1100

Obs: Os anos de 2020 e 2021 estão destacados em amarelo por se tratarem de expectativas.

Fonte: elaboração própria a partir de dados extraídos do Euromonitor, 2020.

Dado isso, é possível constatar que os investimentos chineses no exterior, e mesmo seu planejamento de décadas, vem apresentando resultados significativos no que tange a SA (alimentar-se de forma adequada e suficiente). Este é mais um fator determinante para que o Brasil veja a China como um parceiro de negócios no setor de alimentos.

3.4 As Mudanças nas Estratégias de SA da China em Consequência do Crescimento e da Mudança na Dieta Alimentar Chinesa

Conforme Escher, Wilkinson, e Pereira (2018), o período da Grande Fome que resultou na morte de mais de 30 milhões de pessoas entre 1959 e 1961, teve como causas fundamentais as inundações ocorridas em todo o território chinês, somados à erros humanos, como desmatamento e erosão do solo, destruição de sistemas de controle de enchentes, cotas centrais excessivas, e relatórios de produção provinciais sobredimensionados. Todos estes desastres da era Mao fizeram com que a China atribuísse uma atenção redobrada à SA. A partir da era Deng, todos os comandantes chineses tomaram medidas que pudessem garantir a produção e o acesso aos alimentos à sua população.

O crescimento econômico, em qualquer parte do mundo que ocorra, promove importantes e significativas mudanças em todas as áreas, incluindo os sistemas alimentares. A China, conforme já analisado anteriormente, passou por um profundo processo de crescimento econômico nas últimas décadas, e isso fez com que a dieta da maior parte da população chinesa tenha se modificado, e ainda esteja se modificando. Um maior consumo de carne, as transformações da produção pecuária, e as reestruturações nas indústrias de carnes e rações englobam contradições na questão agroalimentar chinesa, tais como problemas de suficiência,

sanidade, segurança, saúde, sociais, e ambientais. E a razão da China estar saindo com suas empresas e investindo, de fato, no agronegócio, para além dos processos de importação, é uma forma de assegurar o controle sobre recursos naturais para a produção e fornecimento de alimentos e matérias-primas agrícolas. Dentro de um período mais recente, a tendência chinesa é reduzir a compra de terras, visando adquirir empresas com ativos específicos importantes, que ajudam a controlar diferentes elos da cadeia de valor (ESCHER, WILKINSON, e PEREIRA, 2018).

Analisando o comportamento chinês recente, é possível observar a evolução da internacionalização das empresas chinesas que realizam IDEs no agronegócio. Este processo, conforme Escher, Wilkinson e Pereira (2018), ocorreu em três fases. Na primeira delas, no período entre 2000 e 2008, a China emerge como um *player* global no mercado das *commodities*, visto que sua produção não se manteve ao mesmo passo que sua demanda. É neste período em que fica clara a dependência da China com relação à importação de alimentos, energia, e matérias-primas agrícolas e minerais. Junto à demanda, outros fatores determinam uma escalada enorme no nível de preços das *commodities*.

Quando a crise de 2008 emerge, inicia a segunda fase do processo de internacionalização das empresas chinesas. É neste momento que se intensifica a saída das empresas chinesas no setor de agronegócios, em especial pela compra de grandes porções de terras nos países do Sudeste Asiático, África e América Latina (incluindo Brasil). Logo após a crise dos preços dos alimentos e das *commodities* agrícolas atingir seu pico em 2007/08, junto à crise financeira mundial de 2008, os interesses do capital financeiro ao redor do globo terrestre mudaram vigorosamente dos ativos bancários em centros financeiros, para terras agrícolas. Neste momento, agronegócios chineses viraram foco por suas incessantes buscas e negociações por largas faixas de terras. Quando o agronegócio chinês havia renovado esforços para investir no Brasil, depois da crise de 2008, o foco passou a ser a cana-de-açúcar, a palma de dendê, o tabaco, e, mais que qualquer outro item, a soja. Além disso tudo, e dos investimentos chineses no petróleo brasileiro, as frequentes visitas de grupos estatais chineses provocaram medo de que a China “compraria” o Brasil. E de fato, naquela época haviam empresas chinesas buscando adquirir grandes faixas de terras em território brasileiro. A empresa privada de Zhejiang (Fudi) comprou uma fazenda de 636 ha no Rio Grande do Sul (RS), e outra de 16.163 ha no Tocantins em 2008, e vislumbrava expandir ainda mais os seus investimentos (OLIVEIRA, 2018).

A narrativa do protagonismo chinês no processo de estrangeirização do Brasil, embora erroneamente formulado, acabou alavancando um movimento abrangente de camponeses e sem terra, ativistas de esquerda, jornalistas e acadêmicos, junto à setores do agronegócio brasileiro, políticos nacionalistas de centro e direita, industrialistas, e setores do agronegócio transnacional já presentes no território brasileiro. Em consequência das restrições impostas pelo Brasil, da dificuldade dos administradores chineses com condições de produção e gestão agrícola, e da falta de avanço na produção rentável de soja, diversas empresas

chinesas acabaram abandonando seus planos de expansão em território brasileiro (OLIVEIRA, 2018).

Em razão do abandono das terras compradas pela China, diversos militantes do MST invadiram uma das propriedades da Chongqing Grain Group (CGG), de 636 ha, adquiridos pela Fudi, no Rio Grande do Sul. Após este episódio, a China e suas empresas se viram obrigadas a mudar de estratégia, que passou a focar no comércio de soja, e em investimentos em portos e infraestrutura. É possível observar nos dados extraídos das tabelas deste mesmo capítulo, que os investimentos chineses diretos em agronegócio pouco aparecem. Isso se deve justamente por essas tentativas iniciais fracassadas de compras de terras em território brasileiro.

Este foco na China sob a narrativa internacional de “corrida mundial por terras”, condicionou a visão brasileira, de forma significativa, a respeito da importância relativa do capital chinês no processo de estrangeirização no Brasil. Porém, o capital chinês não foi o principal agente de estrangeirização de terras no Brasil, e essa fala é mais um medo do que um fato (OLIVEIRA, 2018). A estrangeirização, embora seja um fenômeno novo com relação a um passado recente, possui claros comparativos históricos, que possivelmente justificam este temor a seu respeito. O Brasil, cujas terras foram outrora apropriadas por Portugal e dedicadas à produção de matérias-primas para o mercado europeu, é um dos mais significativos exemplos, podendo destacar também a Inglaterra, que mais tarde, sistematizou a apropriação de terras alheias para suprir suas necessidades alimentares e de matérias-primas industriais. Nesses casos a colonização formal de diversos países acompanhou a apropriação de suas terras, e nos dias de hoje, quando países emergentes se encontram na mesma fase de desenvolvimento, o colonialismo clássico já não é mais uma opção: a forte presença de Estados e empresas estatais como investidores sugere que o fenômeno de *land grabbing* é, em parte, um novo modelo de apropriação de terras em tempos que excluem o recurso ao colonialismo (WILKINSON, 2017).

Os temores sobre a estrangeirização de terras por asiáticos no Brasil já ocorreram também no século passado, quando japoneses, inicialmente, estabeleceram projetos de desenvolvimento no cerrado. Este processo, no fim das contas, foi de extrema importância para alavancar o agronegócio no cerrado, e não foi baseado na estrangeirização da propriedade fundiária nas mãos de empresas japonesas, que preferiram providenciar financiamento e capacitação técnica para os colonos brasileiros avançarem sobre o cerrado e manter sua atuação mais restritamente à aquisição de soja e outras *commodities* agrícolas no mercado internacional (OLIVEIRA, 2018). Este caso possui dinâmicas semelhantes àquilo que ocorre hoje com o capital chinês, e por esta razão, faz sentido afirmar que o capital chinês, atualmente, está mais interessado nas *commodities* brasileiras, a fim de suprir a demanda de sua população, do que realmente em um processo de “tomada de terras”.

A terceira fase do processo de internacionalização das empresas chinesas, que se iniciou em 2012 e permanece até os dias de hoje, caracteriza-se por uma

mudança de estratégia, na qual a orientação dos IDEs chineses se desloca da compra de terras voltadas ao cultivo direto, para a aquisição de ativos de empresas do setor de agronegócios. Essa mudança prevê e objetiva controlar as etapas e os processos das cadeias de valor de *commodities* específicas em determinadas regiões-chave, além da construção de infraestruturas de logísticas, transporte e armazenagem. Algumas empresas chinesas têm chamado muita atenção devido a processos de expansão. Uma delas é a *China National Cereals, Oils and Foodstuffs Corporation* (COFCO), a maior produtora e esmagadora de soja, refinadora de óleo, produtora de alimentos processados, e *trading* agrícola da China. Outro exemplo é a estatal ChemChina, que no ano de 2017 adquiriu a suíça Syngenta e controla hoje 8% do mercado de sementes, e 20% do mercado de pesticidas a nível global. Essas e outras empresas chinesas, entre estatais e privadas, atuam de forma atenta às oportunidades de negócios do ponto de vista mercadológico, porém, todas elas seguem diretrizes estratégicas definidas pelo Estado chinês relativas à SA (ESCHER, WILKINSON, e PEREIRA, 2018).

É nesta fase de internacionalização que o setor de agronegócios chinês conseguiu efetivamente investir no agronegócio do Brasil, adquirindo empresas brasileiras ou transnacionais que já estavam estabelecidas em território brasileiro. Conforme Oliveira (2018), esta foi a estratégia que conseguiu melhores resultados, por evitar resistência política e social. A COFCO foi a empresa chinesa de maior destaque no que diz respeito a efetivamente driblar as restrições brasileiras, e com caso semelhante, pode-se citar também o investimento da privada Hunan Dakang, da Penxin Group, nos ativos de comércio agrícola da empresa brasileira Fiagril, em 2016.

4 BRASIL: CARACTERÍSTICAS GERAIS E POSICIONAMENTO NO SISTEMA AGROALIMENTAR MUNDIAL

Conforme o Panorama da Segurança Alimentar e Nutricional, emitido pela FAO e pela OPAS/OMS em 2016, o maior desafio para a América Latina e o Caribe era garantir uma oferta alimentar variada e saudável à sua população. Este mesmo documento diz que a produção de alimentos e produtos agrícolas na América Latina e Caribe aumentou conforme demanda, proporcionando à população uma alimentação suficiente, e simultaneamente, possibilitando que a América Latina e Caribe se tornassem importantes atores no comércio agroalimentar mundial. O Brasil, como um dos principais atores da América Latina, por ter vasta extensão territorial - o equivalente a 47% do território sul-americano - faz fronteira com dez países, é o único país onde se fala majoritariamente a língua portuguesa, e é uma das nações mais multiculturais e etnicamente diversa, em razão da forte imigração de vários países do mundo ao seu território (FAO, 2020). A economia do Brasil é a maior da América Latina e do Hemisfério Sul, e a nível mundial, ocupa a 8ª posição, podendo cair, até o final dessa década, para a 9ª (FMI, 2020). Além disso, o Brasil é lar de uma diversidade enorme de animais selvagens, ecossistemas, e recursos naturais em uma grande variedade de habitats protegidos (FAO 2020).¹¹

No ano de 2014, o Brasil saiu do Mapa Mundial da Fome, conforme dados revelados pelo SOFI da FAO. Os dados deste relatório apontam que entre 2002 e 2013, o número de brasileiros em situação de subalimentação diminuiu 82%. O Indicador de Prevalência de Subalimentação, medida adotada pela FAO há mais de 50 anos para dimensionar e acompanhar a fome em nível internacional, chegou a um nível inferior a 5% no Brasil. Boa parte desse avanço se deve a políticas de SA, tais como o Programa Bolsa Família e o Pronaf¹², que visam facilitar o acesso ao crédito, à assistência técnica e à segurança de agricultores e de seus familiares (FAO, 2020).

¹¹ Dados da FAO neste capítulo 4 foram extraídos do website fao.org/brasil, e do Panorama de Segurança Alimentar de 2016, emitido pela FAO e OPAS/OMS.

¹² O Pronaf é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, que trata-se basicamente do financiamento para custeio e investimentos em implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços no estabelecimento rural ou em área comunitárias rurais próximas, visando a geração de renda e a melhora do uso da mão-de-obra familiar.

Porém, de acordo com o último relatório emitido pela FAO (SOFI 2019), o Brasil vem regressando ao longo dos últimos quatro anos, de volta ao Mapa Mundial da Fome. O SOFI 2019 diz que, embora ainda seja possível visualizar um par de ações no combate à fome e no desenvolvimento de modelos agrícolas mais saudáveis e sustentáveis, o retrocesso do Brasil nessa área é iminente. Ademais, a pandemia causada pela Covid-19 pode fazer com que esse processo se acelere, fazendo com que a América Latina e o Caribe enfrentem pobreza extrema e fome ainda no ano de 2020 (FAO, 2020C). No Brasil, somam-se à pandemia aspectos de cunho governamental e uma crise econômica, que acabam corroborando com essa situação complicada. Como resultado da crise, a população em condições de pobreza na América Latina e no Caribe pode chegar a 83,4 milhões de pessoas ainda no ano de 2020, o que resulta em um aumento significativo nos níveis de fome, dada a dificuldade de acesso aos alimentos para a parcela mais pobre da população.

A partir desse quadro, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e a FAO apresentaram um relatório conjunto, chamado “Como Evitar que a Crise da Covid-19 se Transforme em uma Crise Alimentar: Ações Urgentes contra a Fome na América Latina e Caribe”¹³, que propõe ações as quais os países podem tomar a fim de enfrentar o aumento significativo da fome causado pela pandemia na região. Conforme dados desse relatório, após sete anos de lento crescimento econômico, a região poderá ver a maior queda do PIB regional em um século. Isso fará com que haja um aumento de 16 milhões de pessoas em condição de extrema pobreza com relação ao ano de 2019. O impacto da fome, como consequência, também será notável, visto que no período entre 2016 e 2018, já havia 53,7 milhões de pessoas em grave situação de insegurança alimentar na América Latina (CEPAL, 2020). De fato, os efeitos da crise causada pela Covid-19 já são visíveis nos sistemas alimentares: é possível observar que a vulnerabilidade dos trabalhadores aumentou e os preços domésticos de alimentos continuam crescendo mais do que o preço de outros produtos da cesta básica. Milhões de pessoas já não conseguem mais comprar comida suficiente, além de muitas outras já terem de optar por opções mais baratas e de menos qualidade, tudo devido ao aumento do desemprego e à queda na renda da população.

Para compreender um pouco melhor a situação atual do Brasil, e fazer entender alguns tópicos específicos importantes para o desenvolvimento desta pesquisa, serão abordados nas quatro seções deste capítulo dados da infraestrutura, do ambiente de negócios, da produtividade, e das exportações de produtos selecionados do agronegócio brasileiro.

¹³ Para informações completas do relatório, acessar o link disposto nas referências deste trabalho.

4.1 Infraestrutura e Ambiente de Negócios do Brasil

A infraestrutura é um conjunto de elementos compreendidos pelas áreas de saneamento, energia, transportes e comunicação, que contribuem para o desenvolvimento socioeconômico de um país. A infraestrutura de um país é importante para o desenvolvimento de uma nação, e é através dela que diversas ações rotineiras acontecem. Um bom exemplo são as estradas de boa qualidade, que fazem com que as empresas de transportes tenham menos prejuízos com veículos danificados e façam entregas dentro de tempos mais curtos, e as áreas portuárias e aeroportuárias, que são os meios de entrada e saída de pessoas e de produtos de um país. Para discorrer sobre esta seção, serão apresentados dados e imagens extraídos do site oficial do Banco Mundial, da *Central Intelligence Agency* (CIA) e do Ministério da Agricultura (SRI/MAPA).

No Brasil, a infraestrutura ainda é uma área a ser bastante desenvolvida. A área portuária, por exemplo, conforme dados do Banco Mundial (2020B), está na 106ª posição entre 137 países avaliados, tendo subido dez posições entre os anos de 2007 a 2017 no quesito de Qualidade de Infraestrutura Portuária. Em comparação à China, a área de infraestrutura portuária brasileira é menos desenvolvida, visto que a China ocupa a 49ª posição, tendo melhorado 17 posições no mesmo período. Conforme dados da CIA (2020), o Brasil possui 50 mil km de vias navegáveis, que correspondem a rios, canais e outras massas de águas e interiores navegáveis, estando a maioria em áreas distantes da indústria e da população. Com relação aos portos e terminais, os principais portos brasileiros são o de Belém, Paranaguá, Rio Grande, Rio de Janeiro, Santos, São Sebastião, e Tubarão. Com relação à aviação, o Brasil conta com nove transportadoras aéreas, e um inventário de 443 aeronaves registradas pelas operadoras.

O Brasil é considerado um país de rendimento médio¹⁴ superior, e ocupa a 124ª posição no *Doing Business* (DB) Rank, com uma pontuação de 59,1 na DB Score. O DB mede, analisa e compara as regulamentações aplicáveis às empresas e o seu cumprimento em 190 países e cidades selecionadas nos níveis subnacional e regional. Este é um projeto lançado em 2002 que examina as pequenas e médias empresas nacionais e analisa as regulamentações aplicadas a elas durante o seu período de vida, e serve como ferramenta para medir o impacto das regulamentações sobre as atividades empresariais ao redor do globo terrestre. Ao fazer a coleta e análise de dados quantitativos, a DB consegue comparar os ambientes regulatórios das atividades empresariais em vários países ao longo dos anos, e desse modo, incentiva os países a competirem para alcançar uma regulamentação mais eficiente (BANCO MUNDIAL, 2020).

¹⁴ O rendimento médio é a renda média de uma pessoa ou de um grupo de pessoas.

A Figura 1 apresenta a pontuação do Brasil, por tópicos, com relação à facilidade de fazer negócios dentro do país no ano de 2019. Ao analisar os dados do ambiente de negócios brasileiro da DB, que trata de um grupo de fatores que exercem influência sobre a atividade empresarial do país, com a área agroexportadora do Brasil, é possível estabelecer conclusões a respeito de todos os tópicos apresentados pela figura. Foram selecionadas, porém, as análises das pontuações dos tópicos de acesso à eletricidade, acesso ao crédito, pagamento de impostos, negociação através de fronteiras, e execução de contratos, com a finalidade de contribuir de forma efetiva na compreensão de pontos específicos do ambiente de negócios e da área de infraestrutura brasileira, relacionados aos objetivos propostos por esta monografia, que tratam da análise das oportunidades para o Brasil relacionadas às políticas e estratégias de SA da China.

Figura 1 - Pontuação da Facilidade de Fazer Negócios no Brasil no Ano de 2019.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Mundial (2020A).

O acesso à eletricidade é relevante pela necessidade do uso da energia elétrica para a produção de alimentos. A metodologia sobre o tópico de acesso à eletricidade da DB se atém a registrar todos os procedimentos necessários para que uma empresa obtenha conexão e fornecimento de eletricidade permanentes para trabalhar com um armazém padronizado. Esse processo inclui solicitações e contratos com concessionárias de energia elétrica, todas as inspeções e autorizações necessárias de distribuição energética, além da conexão externa e final que conecta o edifício à rede elétrica. O processo de obtenção de uma conexão elétrica é dividido em alguns procedimentos distintos, e a metodologia da DB registra dados referentes ao tempo e custo para concluir cada procedimento de acesso à energia. Além disso, a DB mede a confiabilidade do fornecimento, a transparência do índice de tarifas, e o preço da energia elétrica¹⁵. A classificação das economias na facilidade de obtenção de eletricidade é determinada pela classificação de suas pontuações para obter eletricidade, e essas pontuações são uma média simples das pontuações de todos os indicadores de componentes, exceto o preço. No Brasil, o preço da energia elétrica, tomando como base a cidade de São Paulo, é de 16,8 centavos de dólares por quilowatt (kWh). A pontuação na

¹⁵ Para informações mais detalhadas da metodologia dos tópicos, acessar o website da Doing Business, apontado nas referências deste trabalho.

DB é de 72,8 e o Brasil ocupa a 98ª posição do DB Ranking. A pontuação é composta, conforme supracitado, da média simples de determinados fatores, tais como procedimentos, custo, tempo, e confiabilidade do fornecimento e transparência dos preços praticados (BANCO MUNDIAL, 2020).

A importância do acesso ao crédito se dá pela necessidade dos produtores brasileiros, tanto dos que já estão no mercado, quanto daqueles que querem se inserir, de possuírem capital para investir em melhorias, infraestrutura própria, e até mesmo em insumos. A metodologia da DB para acesso ao crédito mede se certas características que facilitam os empréstimos existem dentro das leis de garantias e falências aplicáveis, e mede também, a cobertura, o escopo, e a acessibilidade das informações de crédito disponíveis por meio de provedores de serviços de relatórios de crédito, como as agências de crédito e registros de crédito. A classificação das economias na facilidade de obtenção de crédito é determinada pela classificação de suas pontuações para obtenção de crédito, e essas pontuações são a soma simples das pontuações de força do índice de direitos legais e da profundidade do índice de informações de crédito. A pontuação do tópico de acesso ao crédito, na cidade de São Paulo, foi apontado na DB como 50, e sua posição no ranking da DB é a 104ª (BANCO MUNDIAL, 2020).

O pagamento de impostos é sempre um dos tópicos mais comentados por todas as áreas, e na área agroalimentar não é diferente. A DB registra os impostos e as contribuições obrigatórias que uma organização de médio porte deve pagar em determinado ano, assim como as medidas da carga administrativa decorrentes do pagamento de impostos e contribuições. Os impostos e contribuições considerados incluem o lucro, ou o imposto de renda das organizações, contribuições sociais, impostos trabalhistas pagos pelo empregador, impostos sobre propriedade, impostos sobre transferência de propriedade, imposto sobre dividendos, imposto sobre coleta de lixo, imposto sobre veículos e estradas, e quaisquer outros impostos e taxas. A classificação das economias dos países no tópico da facilidade de pagamento de impostos é determinada pela classificação de suas pontuações para o pagamento de impostos, que são uma média simples das pontuações de cada indicador de componente. O Brasil ocupa a 184ª posição no ranking da DB, e conta com uma pontuação de 34,4 para os índices medidos na cidade de São Paulo. O tempo necessário para preparar, arquivar, e pagar o imposto de renda corporativo, o valor adicionado, ou o imposto sobre vendas e impostos sobre o trabalho, incluindo os impostos sobre salários e contribuições sociais, em horas por ano no Brasil, é de 1501 (BANCO MUNDIAL, 2020).

A negociação através de fronteiras é um dos tópicos de maior relevância para este estudo, em razão da pesquisa tratar de negócios internacionais entre o Brasil e a China. A DB registra o tempo e o custo associados ao processo logísticos de exportação e importação de mercadorias. A metodologia da DB para o tópico de negociação através de fronteiras consiste em medir o tempo e o custo (com a exclusão de tarifas) associados a três conjuntos de procedimentos: conformidade documental, conformidade de fronteiras, e transporte doméstico. A classificação das economias na facilidade de negociar além-fronteiras é determinada pela

classificação de suas pontuações para negociação além-fronteiras, e essas pontuações são uma média simples das pontuações para o tempo e o custo de conformidade com documentos e conformidade com fronteiras para exportação e importação. O Brasil ocupa a 108ª posição no ranking da DB, com uma pontuação de 69,9 na DB Score (BANCO MUNDIAL, 2020).

A execução de contratos é importante pelo fato de ser necessário, mesmo que breve, um conhecimento sobre a área jurídica e contratual, visto que a pesquisa trata de exportações. A DB mede o tempo e o custo para resolver uma disputa comercial através de um tribunal local de primeira instância, além do índice de qualidade dos processos judiciais, avaliando se o país adota, ou não, uma série de boas práticas que promovem qualidade e eficiência no sistema judicial. Os dados são coletados através do estudo dos códigos de processo civil e de outros regulamentos judiciais, além de questionários preenchidos por advogados e juízes de litígios locais. A classificação dos países para o tópico de facilidade de execução de contratos é determinada pela classificação de suas pontuações para execução de contratos. Essas pontuações são a média simples das pontuações para cada um dos indicadores de componentes. O Brasil ocupa a 58ª posição, com uma pontuação de 64,1 na DB Score (BANCO MUNDIAL, 2020).

Através de uma análise do posicionamento do Brasil nos tópicos da DB e dos dados sobre a infraestrutura supracitados, é possível concluir que é necessário melhorar a infraestrutura em geral, principalmente a área de transportes e logística, essenciais para a movimentação de produtos, a área energética, que é custosa e burocrática, e também, desenvolver e aperfeiçoar o ambiente de negócios voltados à área agroalimentar e agroexportadora. A área de negociação através de fronteiras do país é bastante aquém de seu potencial, e pode-se afirmar que é necessário que os processos de importação e exportação sejam mais ágeis e menos custosos, a fim de tornar as exportações e importações em negócios mais rentáveis (BANCO MUNDIAL, 2020).

Apesar do ambiente de negócios deficitário, destaca-se que o Brasil pode contar com excelentes condições e oportunidades para os investidores que se interessam pelo agronegócio. É claro que, para tanto, o país precisa desenvolver e melhorar cada vez mais seu ambiente de negócios, tanto interno, quanto externo, e investir em melhorias de infraestrutura. Nesse sentido, a Secretaria das Relações Internacionais/Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SRI/MAPA) atua de forma estratégica, em articulação com os setores público e privado, a fim de catalisar a entrada de capital estrangeiro para o agronegócio nacional (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 2020). Como exemplo de atuação da SRI/MAPA, podemos citar a *Agribusiness Investor Road Show*, uma iniciativa que faz parte do Programa Agro+Investimentos, que objetiva atrair investimentos externos para o agronegócio brasileiro. Esse evento é voltado para a promoção e a aproximação entre as empresas do agronegócio do Brasil e representantes de investidores e de fundos de investimentos internacionais, com a finalidade de cada participante apresentar seus projetos de investimento, e as oportunidades de investimento existentes.

Em conclusão à seção, pode-se dizer que o Brasil tem um sistema de infraestrutura com um grande potencial, mas com muito a desenvolver ainda. Embora seja possível apontar alguns aspectos positivos, a área de infraestrutura é bastante desprovida, a começar pela situação das rodovias, portos e aeroportos, e pelo sistema de abertura e de incentivo ao negócio, que são medianos, e acabam tornando a atividade agroalimentar e de exportação em atividades complexas a serem desenvolvidas.

4.2 Produtividade Brasileira

A importância da produtividade, conforme Gasques et al. (2012), se dá por conta de suas relações com o crescimento econômico, o bem estar, a distribuição de renda, e a redução da pobreza. E no caso da agricultura, a produtividade se relaciona com uma produção mais eficiente e a menores custos de alimentos e dos produtos agrícolas no geral. Conforme a *United States Department of Agriculture* (USDA), melhorar a produtividade agrícola tem sido a principal forma de garantir que as necessidades de uma população em crescimento não superem a capacidade de fornecer alimentos ao redor de todo o mundo. O crescimento da produtividade na agricultura permitiu que os alimentos se tornassem mais abundantes e baratos nos últimos cinquenta anos, mesmo considerando que a população mundial mais que dobrou.

Uma das medidas que contém mais informações sobre a produtividade agrícola, conforme a USDA (2019), é a produtividade total dos fatores (TFP). Essa medida leva em consideração toda a terra, mão de obra, capital e recursos materiais empregados na produção agrícola e os compara com a quantidade total de produção agrícola e pecuária. Se a produção total crescer mais rápido que o total de insumos, a produtividade total dos fatores de produção aumentará. O crescimento da produtividade tem se situado em um nível que coloca o Brasil entre os países com maior crescimento da produtividade mundial da agropecuária (GASQUES et al., 2012). Desde a década de 1970, a TFP no setor agrícola do Brasil cresceu a uma taxa média anual de 3%, e no ano de 1997, houve uma taxa de crescimento médio de 4,3%, que se deu através de vários fatores, tais como: o aumento constante entre 1970 e 1997 nas despesas públicas em pesquisa agrícola através da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA); a promoção governamental de agroexportações e estabelecimento de políticas comerciais de agricultura aberta; as políticas e incentivos favoráveis ao crédito agrícola; e as políticas de estabilização macroeconômica introduzidas a partir de 1994 (ARIAS et al. 2017).

Com relação ao setor agrícola brasileiro, é possível afirmar que esta área cresceu a um ritmo impressionante nas últimas três décadas, tornando o Brasil o maior produtor mundial de cana-de-açúcar, café, frutas tropicais, e suco de laranja concentrado congelado, além do detentor do maior rebanho comercial de gado do

mundo, com cerca de 210 milhões de cabeças. O Brasil é também um importante produtor de soja, algodão, milho, tabaco, cacau, e produtos florestais. Esse notável aumento na produção resultou em reduções nos preços dos alimentos domésticos entre a década de 1970 e os anos 2000, em especial em alguns itens de uso diário da população brasileira. Essa redução no valor dos alimentos foi acompanhada por uma redução na volatilidade dos preços dos alimentos, que acabou beneficiando não apenas a população rural, mas também os grandes centros urbanos. Ademais, o crescimento da agricultura brasileira protegeu o país de grandes contrações econômicas (ARIAS et al. 2017).

O Brasil teve um desempenho superior ao de seus vizinhos sul-americanos e outros concorrentes no que tange ao crescimento da TFP na agricultura. Nos últimos 25 anos, a TFP agrícola aumentou cerca de 109% no Brasil, o que corresponde a um aumento de 232% na produção total animal e agrícola, impulsionada principalmente pela adoção de novas tecnologias, e pelo aumento no uso de insumos (GASQUES et al. 2012). Esse crescimento levou o Brasil a aumentos significativos no valor da produção agrícola e no saldo líquido do comércio de alimentos, fazendo com que o Brasil forneça alimentos e fibras a muitos países que não têm capacidade de atender às necessidades de consumo de suas populações. Atualmente o Brasil exporta oitenta vezes mais soja do que há quarenta anos (ARIAS et al. 2017).

O Brasil se consolida como um provedor mundial de matérias-primas vegetais e alimentos de qualidade, através de um conjunto de ações promovidas pelo MAPA. Conforme dados do MAPA (2017), as atividades do setor estão sob a responsabilidade do Departamento de Promoção Internacional do Agronegócio, subordinado à SRI, que atua produzindo dados estatísticos para orientar na tomada de decisão, estimular o trabalho integrado em todas as fases do processo de exportação, e organizar e participar em eventos e missões internacionais.

O Ministério da Agricultura é também responsável pelo posicionamento do Brasil nas negociações agrícolas internacionais, que podem ser através de acordos comerciais regionais e bilaterais, ou então, multilaterais. No acordo Regional e Bilateral, o Brasil participa de forma ativa e permanente dos diversos foros do Mercosul que discutem e propõem regulamentos relativos às áreas sanitária e fitossanitária entre os países membros do bloco. Os acordos Multilaterais acontecem conforme os preceitos do Acordo sobre a aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (Acordo SPS), de medidas sanitárias e fitossanitárias, que resultaram da Rodada do Uruguai, em 1995, quando foi criada a OMC. Este documento legitima situações de exceção ao livre comércio a fim de proteger a vida e a saúde humana e de animais, além de preservar as plantas. As especificações, conforme o Ministério da Agricultura (2020), seguem as normas, guias e recomendações da Organização Mundial de Sanidade Animal (OIE), da Convenção Internacional de Proteção Fitossanitária (IPPC), e do Codex Alimentarius para o Acordo Sanitário e Fitossanitário da OMC (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 2020).

A crescente exigência por alimentos saudáveis e de qualidade, aliada a uma preocupação maior com a sanidade animal e vegetal, fez com que o tratamento

adequado das questões sanitárias e fitossanitárias nas negociações agro internacionais se tornassem essenciais. Os acordos SPS estabelecem ações que visam a proteção de plantas e animais e a inspeção de produtos derivados. O Departamento de Assuntos Sanitários e Fitossanitários do Ministério da Agricultura é responsável pela elaboração de propostas, negociações, e pela análise de deliberações relativas às exigências do setor.

É possível concluir, com base nos dados levantados, que o Brasil é um dos países com maior crescimento e ascensão na área de produtividade agrícola do mundo, capaz de produzir o suficiente para seu consumo próprio, e para prover alimentos e matérias primas vegetais de qualidade para o mundo inteiro através de ações promovidas pelo MAPA.

4.3 O Agronegócio Brasileiro e suas Exportações

Esta seção objetiva compreender o setor do agronegócio do Brasil e o comportamento das exportações brasileiras dos produtos selecionados do agronegócio. Para tanto, serão apresentados dados dentro do período que corresponde entre 2000 a 2019. O Brasil, como citado anteriormente, é um dos potenciais provedores mundiais de alimentos, e ganha destaque em razão de todos os seus biomas, do seu clima favorável, e do fato de poder produzir algo em todos os 12 meses do ano. Desse modo, faz-se necessário discutir sobre como estão as exportações brasileiras nos últimos anos e apontar alguns caminhos pelos quais o país pode seguir, além de apresentar uma discussão sobre como está configurado o setor de agronegócios do país.

Atualmente, a China é o principal parceiro comercial do Brasil no que diz respeito aos produtos selecionados do agronegócio, seguida pelos Países Baixos, pelo Japão, e pelos Estados Unidos. Na tabela 7 podemos ver um comparativo entre os principais compradores do Brasil nos anos de 2000, 2015, 2018 e 2019. Constatou-se que em 2000 o principal parceiro do Brasil eram os Países Baixos com 15,36% do mercado de exportações brasileiras, seguidos pelos Estados Unidos com 8,80%, e pela Alemanha com 6,64%. No ano de 2000 a China aparecia como o décimo maior comprador dos produtos selecionados do agronegócio brasileiro. Em contrapartida, no ano de 2015 a China, com 25,90% do total exportado, já é o principal parceiro comercial do Brasil, seguida pelos Países Baixos com 5,42%, e pelos Estados Unidos com 4,12%. Observa-se que os primeiros quatro maiores compradores do ano de 2000 continuam na mesma ordem no ano de 2015, porém, com fatias bem menores, e atrás da China, que passou de 3,39% a 25,90% do total exportado.

Ainda de acordo com a tabela 7, destacam-se a China e os Países Baixos como os principais mercados compradores dos produtos selecionados do agronegócio brasileiro nos anos de 2018 e 2019. Destaca-se também que a China

deteve em 2018 um percentual (38,65%) maior do mercado brasileiro que em 2019 (34,59%), e o mesmo ocorre com os Países Baixos, que deteve 4,32% em 2018, contra 3,96% em 2019. O Japão, por sua vez, teve um crescimento de 2,16% em 2018 para 3,82% em 2019, e ultrapassou os Estados Unidos e Hong Kong.

Numa análise geral, pode-se afirmar que a China cresceu de 3,39% no ano de 2000 para 38,65% em 2018, e no ano de 2019 manteve-se como o maior comprador de produtos selecionados do agronegócio, mesmo decrescendo com relação à 2018. Com relação aos Países Baixos, pode-se destacar que desde 2000 seu percentual de participação de mercado vem diminuindo, mas ainda assim, mantém-se até o ano de 2019 como o segundo maior comprador dos produtos selecionados do agronegócio brasileiro. Os EUA, por sua vez, detinha 8,8% do mercado em 2000, decresceu para 4,12% em 2015, caindo da segunda para a terceira posição. Os EUA decresceram novamente em 2018 para 3,36%, e em 2019 tiveram um pequeno crescimento, para 3,58% de participação do mercado do agronegócio do Brasil.

Tabela 7- Os principais destinos das Exportações Brasileiras dos anos de 2000, 2015, 2018 e 2019.

2000	(%)	2015	(%)
Países Baixos (Holanda)	15,36%	China	25,90%
Estados Unidos	8,80%	Países Baixos (Holanda)	5,42%
Alemanha	6,64%	Estados Unidos	4,12%
Japão	4,97%	Alemanha	3,32%
Bélgica	4,90%	Japão	3,20%
França	4,90%	Arábia Saudita	3,09%
Espanha	4,24%	Rússia	3,00%
Reino Unido	3,79%	Vietnã	2,51%
Itália	3,74%	Egito	2,43%
China	3,39%	Hong Kong	2,41%
Rússia	3,30%	Coreia do Sul	2,36%
Argentina	3,09%	Irã	2,36%
Arábia Saudita	2,23%	Venezuela	2,30%
Irã	2,06%	Espanha	2,27%
Hong Kong	1,77%	Indonésia	1,98%
Emirados Árabes Unidos	1,23%	Tailândia	1,87%
Noruega	1,15%	Emirados Árabes Unidos	1,75%
2018	(%)	2019	(%)
China	38,65%	China	34,59%
Países Baixos (Holanda)	4,32%	Países Baixos (Holanda)	3,96%
Estados Unidos	3,36%	Japão	3,82%
Hong Kong	2,98%	Estados Unidos	3,58%
Irã	2,71%	Irã	2,84%
Japão	2,16%	Hong Kong	2,64%
Alemanha	2,13%	Espanha	2,50%
Arábia Saudita	2,10%	Alemanha	2,18%
Espanha	2,08%	Arábia Saudita	2,17%
Coreia do Sul	1,84%	Vietnã	2,09%
Tailândia	1,81%	Coreia do Sul	2,01%
Vietnã	1,80%	Egito	1,78%
Egito	1,64%	Tailândia	1,69%
Emirados Árabes Unidos	1,56%	Bélgica	1,60%
Turquia	1,52%	Bangladesh	1,58%
Bélgica	1,49%	Emirados Árabes Unidos	1,52%
Índia	1,43%	Rússia	1,51%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados extraídos do Comex Stat.

No ano de 2018, o Brasil exportou US\$38.918.651.023 de produtos provenientes da produção de lavouras temporárias, agrupamento este que apresentou taxa de crescimento de 37,40% entre 2000 e 2018. Em sequência, aparece o abate e fabricação de produtos de carne, com 14.846.038.721 de dólares exportados. Na tabela 8 é possível visualizar todos os agrupamentos dos produtos selecionados do agronegócio e seus respectivos valores exportados no ano de 2018. Em seguida, na tabela 8, pode-se visualizar um quadro geral das exportações totais, com os anos de 2000, 2005, 2010, 2015 e 2018, e as taxas de crescimento médio entre 2000 e 2018, e 2015 e 2018.

Tabela 8 - Exportações Totais do Agronegócio Brasileiro de 2018 em US\$, e a respectiva Taxa de Crescimento entre 2000 a 2018.

Descrição do CNAE 2.0 - Grupo	Exportações totais 2018	Taxa de crescimento 2000-2018
Pecuária	960.465.712	19,18
Abate e fabricação de produtos de carne	14.846.038.721	11,89
Preservação do pescado e fabricação de produtos do pescado	221.168.121	0,22
Laticínios	76.142.591	8,45
Fabricação de outros produtos alimentícios	892.478.552	4,63
Produção de sementes e mudas certificadas	458.463.755	-8,41
Horticultura e floricultura	45.778.332	4,71
Produção de lavouras temporárias	38.918.651.023	37,40
Produção de lavouras permanentes	5.241.429.459	6,10
Fabricação de conservas de frutas, legumes e outros vegetais	2.987.881.988	4,64
Torrefação e moagem de café	602.075.435	5,63
Moagem, fabricação de produtos amiláceos e de alimentos para animais	731.729.809	11,65
Fabricação de óleos e gorduras vegetais e animais	7.900.145.563	7,63
Fabricação e refino de açúcar	6.526.846.825	9,88
Caça e serviços relacionados	-	-
	80.409.295.886	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados extraídos do Comex Stat.

A produção de lavouras temporárias, como supracitado, foi o agrupamento mais exportado no ano de 2018, em razão do elevado volume de soja que o Brasil comercializa, principalmente com a China, seguida pelo abate e fabricação de produtos de carne. Na tabela 9 observam-se alguns dados referentes ao comportamento do comércio brasileiro desses produtos, e também as respectivas taxas de crescimento médio entre o período de 2000-2018, e entre o período de 2015 e 2018.

A produção de sementes e mudas certificadas, embora tenha apresentado um crescimento (16,5%) entre 2015 e 2018, foi o único item que decresceu no período de 2000 a 2018 (-8,4%). Os laticínios, embora tenham crescido (8,4%) no período maior, decresceram significativos 38,9% no período entre 2015 e 2018. O maior crescimento notado no período de 2000 a 2018 foi na área de produção de lavouras temporárias (37,4%), seguida pela pecuária (19,2%). Já o maior

crescimento percebido no período de 2015 a 2018, se destina à pecuária (19,9%), à produção de sementes e mudas certificadas (16,5%), e à horticultura e floricultura (14,4%).

Tabela 9 - As Exportações Totais do Brasil para os Produtos Selecionados do Agronegócio dos anos 2000, 2005, 2010, 2015, e 2018, e suas Taxas de Crescimento Médio Anual entre 2000 a 2018, e 2015 a 2018 em milhões de dólares.

CNAE 2.0 Grupo	US\$/Milhões					Taxa de Crescimento Médio Anual (2000 a 2018)	Taxa de Crescimento Médio Anual (2015 a 2018)
	2000	2005	2010	2015	2018		
Abate e fabricação de produtos de carne	1.966	8.234	13.670	14.787	14.846	11,9%	0,1%
Fabricação de conservas de frutas, legumes e outros vegetais	1.322	1.529	2.348	2.486	2.988	4,6%	6,3%
Fabricação de óleos e gorduras vegetais e animais	2.103	4.291	6.305	7.361	7.900	7,6%	2,4%
Fabricação de outros produtos alimentícios	395	816	1.143	845	892	4,6%	1,8%
Fabricação e refino de açúcar	1.198	3.923	12.768	7.641	6.527	9,9%	-5,1%
Horticultura e floricultura	20	26	25	31	46	4,7%	14,4%
Laticínios	18	157	167	334	76	8,4%	-38,9%
Moagem, fabricação de produtos amiláceos e de alimentos para animais	101	214	505	678	732	11,6%	2,6%
Pecuária	41	126	957	557	960	19,2%	19,9%
Preservação do pescado e fabricação de produtos do pescado	212	363	193	186	221	0,2%	5,9%
Produção de lavouras permanentes	1.806	2.971	5.878	6.572	5.241	6,1%	-7,3%
Produção de lavouras temporárias	128	706	3.153	27.832	38.919	37,4%	11,8%
Produção de sementes e mudas certificadas	2.229	5.443	11.504	290	458	-8,4%	16,5%
Torrefação e moagem de café	225	413	583	603	602	5,6%	0,0%
Total Geral	11.762	29.212	59.201	70.201	80.409	11,3%	4,6%

Fonte: elaboração própria a partir dos dados extraídos do UN Comtrade.

É possível visualizar, ainda, que há um crescimento no valor total exportado ao longo do período entre 2015 a 2018, com um aumento de aproximados US\$ 68.647.000,00 entre 2000 e 2018, o que se traduz numa taxa de crescimento geral de 11,3% neste período e de cerca de US\$ 10.208.000,00 entre 2015 e 2018, que representam uma taxa de crescimento de 4,6% no período.

No que tange a estruturação do mercado do agronegócio do Brasil, é possível destacar através dos dados apresentados pela tabela 10 o número de empresas, o número de empregos, e o salário médio do ano de 2018 do setor. Os setores com maior número de pessoas empregadas, são o da pecuária (510.164), de abate e fabricação de produtos de carne (483.824), de produção de lavouras temporárias (404.511), de fabricação de outros produtos alimentícios (397.146), e de produção de lavouras permanentes (266.546), que juntas, possuem 306.275 estabelecimentos ativos. Constata-se que o setor da pecuária é o que possui o maior número de estabelecimentos registrados no país. O salário médio deste setor,

porém, não é o mais alto, e fica abaixo dos setores de abate e fabricação de produtos de carne, e de produção de lavouras temporárias.

Ainda em relação à tabela 10, é possível destacar que os setores com o melhor salário médio são, nessa ordem, do abate e fabricação de produtos de carne (US\$ 917.097.513), da produção de lavouras temporárias (US\$ 855.656.567), da pecuária (US\$ 828.282.162), da fabricação de outros produtos alimentícios (US\$ 795.975.909), e da fabricação e refino do açúcar (US\$ 346.061.094).

Tabela 10 - As empresas, geração de emprego, e o salário do Agronegócio Brasileiro.

Empresas, Emprego e Salário do Agronegócio no Brasil em 2018			
Descrição do CNAE 2.0 - Grupo	Número de empresas	Número de empregos (Carteira assinada)	Salário Medio
Pecuária	169.469	510.164	828.282.162
Abate e fabricação de produtos de carne	4.329	483.824	917.097.513
Preservação do pescado e fabricação de produtos do pescado	494	18.553	32.797.804
Laticínios	6.113	118.939	255.481.311
Fabricação de outros produtos alimentícios	28.794	397.146	795.975.909
Produção de sementes e mudas certificadas	1.242	19.201	59.173.773
Horticultura e floricultura	8.353	48.422	73.769.371
Produção de lavouras temporárias	66.130	404.511	855.656.567
Produção de lavouras permanentes	37.553	266.546	390.073.199
Fabricação de conservas de frutas, legumes e outros vegetais	2.546	51.195	108.904.742
Torrefação e moagem de café	1.152	19.930	51.662.365
Moagem, fabricação de produtos amiláceos e de alimentos para animais	4.888	141.933	358.299.515
Fabricação de óleos e gorduras vegetais e animais	448	34.051	122.175.609
Fabricação e refino de açúcar	362	257.032	646.001.094
Caça e serviços relacionados	11	15	18.499
	331.884	2.771.462	

Fonte: Elaboração própria a partir de dados extraídos do RAIS.

Para além dos dados do RAIS e COMEX STAT¹⁶, serão apresentados alguns dados adicionais do Ministério da Agricultura, Pecuária, e Abastecimento (MAPA)¹⁷. Com base nestas tabelas, é possível destacar que entre janeiro e setembro de 2020 a China continuou como o principal comprador do agronegócio brasileiro, com uma fatia de 36,8% do total deste mercado. Destaca-se também que os Estados Unidos, na terceira posição, apresentaram crescimento se comparado aos dados dos anos anteriores - tabela 7 - (em que normalmente mantinha nos últimos cinco anos cerca de 3 a 4%), com 6,29%¹⁸ do mercado.

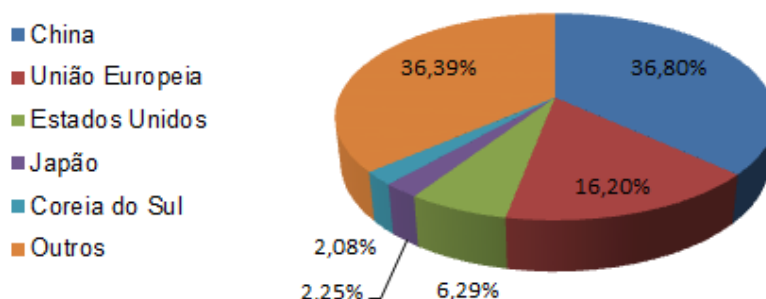
¹⁶ A fim de possibilitar uma comparação com os dados apresentados no capítulo da China (com dados dos mesmos anos e dos mesmos produtos), foram utilizados os dados do RAIS e COMEX STAT.

¹⁷ Os dados do MAPA apresentam-se como dados adicionais.

¹⁸ Embora os dados do MAPA e do Comex Stat não sejam os mesmos com relação ao agrupamento dos produtos selecionados do agronegócio, e o ano de 2020 ainda não esteja completo, é possível

Gráfico 4 - As Exportações do Agronegócio Brasileiro por Mercados no período entre Janeiro e Setembro de 2020.

Exportações Brasileiras do Agronegócio por Mercados (até Setembro 2020)

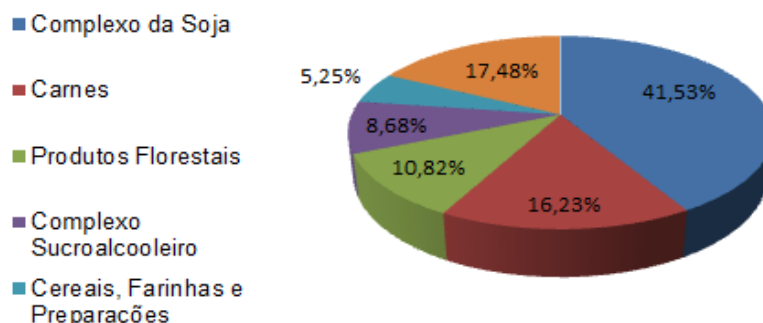


Fonte: Elaboração própria a partir de dados extraídos do MAPA.

No gráfico 5 analisam-se as exportações do agronegócio brasileiro dividido por setores do período entre janeiro e setembro de 2020. O complexo da soja, pertencente à produção de lavouras temporárias, segue como o maior agrupamento exportado, com 41,53% do montante total, seguido pelas carnes, com 16,23%, pelos produtos florestais com 10,82%, pelo complexo sucroalcooleiro com 8,68%, e pelos cereais, farinhas e preparações com 5,25%. Em comparativo às tabelas do Comex Stat e UN Comtrade, o agrupamento das carnes também mantém a posição, sendo o segundo mais comercializado.

Gráfico 5 - As Exportações do Agronegócio Brasileiro por Setores no período entre Janeiro e Setembro de 2020.

Exportações Brasileiras do Agronegócio por Setores (até Setembro 2020)

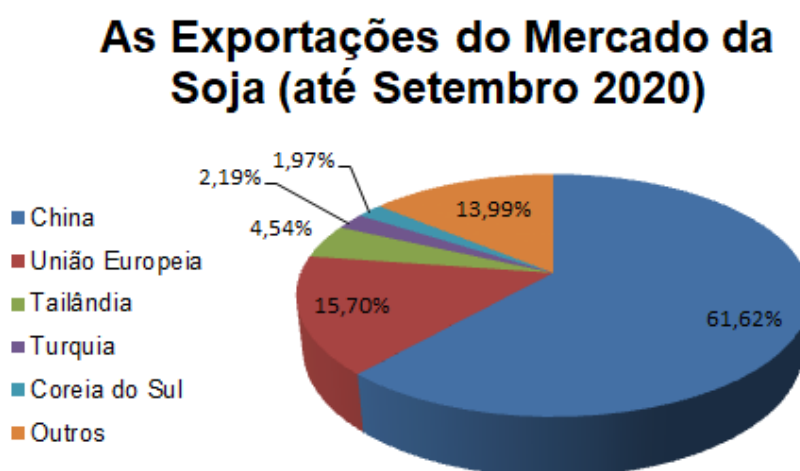


Fonte: Elaboração própria a partir de dados extraídos do MAPA.

fazer uma análise comparativa entre as tabelas porque a base maior dos produtos é a mesma. Vale notar que existe uma provável variação dos dados em virtude disso.

No que diz respeito ao mercado da soja em específico, de acordo com o gráfico 6, que apresenta dados extraídos do MAPA, a China detém cerca de 61,6% do mercado da soja brasileira entre Janeiro e Setembro de 2020. Dado este de extrema relevância, vista a alta dependência do comércio com a China neste mercado.

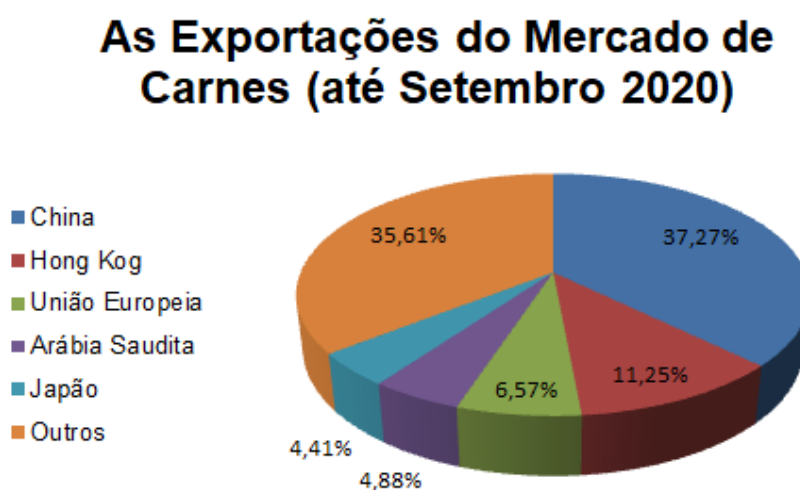
Gráfico 6 - As Exportações do Mercado da Soja no período entre Janeiro e Setembro de 2020.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados extraídos do MAPA.

Com relação ao mercado de carnes, a China também se apresenta neste período destacado, como o principal parceiro comercial do Brasil, com 32,27% do valor total exportado.

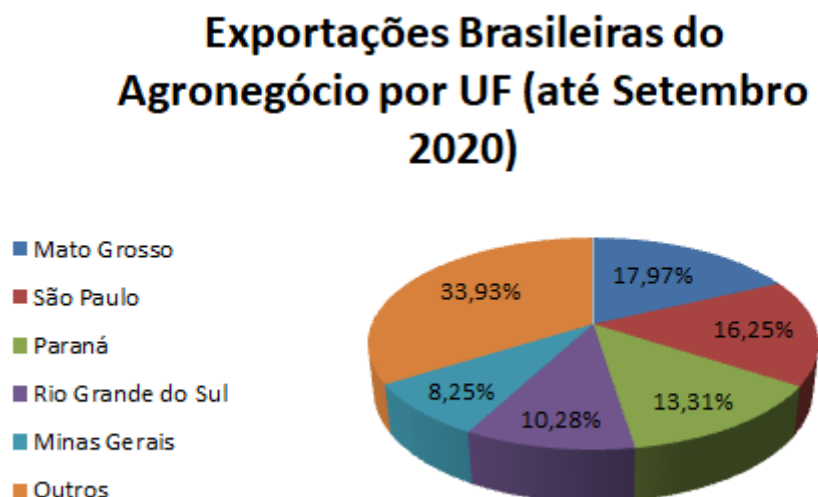
Gráfico 7 - As Exportações do Mercado de Carnes no período entre Janeiro e Setembro de 2020.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados extraídos do MAPA.

Consoante aos dados apresentados pelo gráfico 6, pode-se dizer que os produtos exportados pelo agronegócio brasileiro no período entre janeiro e setembro de 2020 provêm, em parcela maior, do estado do Mato Grosso (17,97%), seguido por São Paulo (16,25%), pelo Paraná (13,31%), pelo Rio Grande do Sul (10,28%), e por Minas Gerais (8,25%).

Gráfico 8 - As Exportações Brasileiras do Agronegócio por Estados no período entre Janeiro e Setembro de 2020.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados extraídos do MAPA.

A partir dos dados apresentados pelas tabelas desta seção, pode-se concluir que o Brasil exportou, em 2018, um total de 80.409.295.886 de dólares do grupo de produtos selecionados do agronegócio, dos quais 38,65% pertencem à China, 4,32% aos Países Baixos, 3,36% aos Estados Unidos, 2,98% à Hong Kong, e 2,71% ao Irã. Pode-se afirmar que a China é disparada o principal parceiro comercial do Brasil no que tange o grupo de produtos selecionados do agronegócio. Além disso, pode-se dizer que grande parte dos produtos exportados estão dentro da produção de lavouras temporárias, do abate e fabricação de produtos de carne, e da fabricação de óleos e gorduras vegetais. Estes agrupamentos geraram juntos, um total de 922.386 empregos, e contaram com 70.907 empresas ativas em 2018. O agrupamento dos produtos selecionados do agronegócio gerou em 2018 cerca de 2,75 milhões de empregos, e contou com mais de 330 mil empresas ativas.

Com relação aos dados extraídos do MAPA, em referência ao período entre janeiro e setembro de 2020, é possível evidenciar que a soja e a carne continuam como os produtos mais exportados do agronegócio brasileiro, com larga vantagem para o mercado da soja, que detém mais de 40% do valor total exportado. Para mais, os gráficos apresentados com dados do MAPA apontam que a China continua o principal destino das exportações do agronegócio do Brasil, e apontam uma

supremacia da região Centro-Sul na produção desses produtos do agronegócio exportados.

4.4 As Políticas de SA da China e suas Implicações para o Brasil: Análise de Estudos Empíricos.

As discussões com foco em SA são tema de diversas pesquisas. Alguns artigos selecionados para esta monografia tratam, sobretudo, das políticas mundiais de SA e sobre como o Brasil e a China se inserem neste cenário, tanto em nível global, quanto em relação à parceria entre ambos. Além disso, os artigos destacam os possíveis desdobramentos da parceria entre o Brasil e a China, e algumas alternativas para a SA mundial pós pandemia causada pela Covid-19. As metodologias adotadas por esses trabalhos passam por abordagens analítico-descritivas, com base em pesquisas bibliográficas e outras fontes de dados.

O artigo publicado por Prosekov et al. (2018) propõe uma análise sobre duas questões: “a agricultura e a falta de vontade política são os únicos problemas da desnutrição e da fome?”; e “é suficiente entender quais as características qualitativas e quantitativas da população e dos ecossistemas para garantir condições políticas?”. Esta pesquisa foi feita através de gráficos e outros apontamentos para discussão, que resultam numa análise descritiva com base em dados secundários e pesquisa bibliográfica.

Em conclusão a esses questionamentos, Prosekov et al. (2018) afirmam que atualmente são produzidas quantidades suficientes de alimentos que garantem que cada pessoa consuma o mínimo de calorias suficientes por dia, mas que isso, por si só, não é bastante para eliminar a fome no mundo. Esse problema não pode ser resolvido só com um aumento da produtividade, porque a fome não acontece na maior parte das vezes por não haver estoques de grãos no mundo, e sim devido à baixa renda da população na maioria dos países em desenvolvimento. Prosekov et al. (2018) observam ainda que o aumento da produtividade agrícola de países desenvolvidos, como EUA e UE, não significa fornecimento de alimentos para a população africana, por exemplo - a menos que sejam considerados programas humanitários da ONU. Sob certas condições, os alimentos tornam-se não somente um objeto de exportação, mas um assunto de comércio político, que conforme os autores, significa dizer que os gigantes bem desenvolvidos economicamente permitem-se ditar as condições políticas mundiais sob o pretexto de “estabelecer a democracia”.

É impossível para um país, sozinho, garantir sua SA. Em um mundo até recentemente unipolar, é necessário um contrapeso equivalente, conforme Prosekov et al. (2018), tanto para os EUA, quanto para a UE. Um grupo de países em desenvolvimento pode ser esse contrapeso, e o grupo de países conhecido como BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China, e África do Sul), poderia lidar com essa função. Em conjunto, os BRICS ocupam mais de 25% das terras do mundo e

correspondem a mais de 40% da população mundial. Esta não é apenas uma força de trabalho para a agricultura, mas também, um potencial econômico para o desenvolvimento de outras indústrias.

Vieira et al. (2016) buscam respostas para compreender se o Brasil alimentará a China, ou se a China engolirá o Brasil, trazendo algumas questões pontuais para debate através de uma análise descritiva com base em dados secundários e pesquisa bibliográfica. Brasil e China, focos do trabalho, são dois candidatos à potência global, porque nesses países tudo é superlativo, começando pelos extensos territórios, passando pelos desafios, e terminando nas oportunidades. A China, apesar do vasto território, tem o desafio de compatibilizar o uso de seus escassos recursos naturais com a dimensão de suas necessidades em uma perspectiva de sustentabilidade nacional e global. O Brasil, por sua vez, com menos limitações ambientais e de recursos naturais, tem o desafio de gerar riquezas que garantam o seu desenvolvimento, tomando como base, justamente esses recursos naturais (VIEIRA et al. 2016).

Através dos dados levantados por Vieira et al. (2016), conclui-se que o apetite chinês terá implicações para o mundo agrícola, especialmente no Brasil, nos Estados Unidos, na Austrália e nas Filipinas, os maiores receptores de investimentos chineses na área da agricultura. Os autores afirmam que o Brasil não tem tido êxito na atração de investimentos, e que isso provavelmente seja em razão da China entender que o Brasil não necessita de reforços para manter-se como um dos importantes fornecedores, e acaba utilizando uma estratégia que reforça a capacidade de alguns países que podem atuar como competidores do Brasil.

Outro aspecto importante concluído pelos autores deste artigo é que a falta de coordenação interna no setor agrícola brasileiro é clara. Com relação à logística, apesar de medidas como o citado pelos autores, o programa de ampliação da capacidade de armazenagem e investimentos em transporte, pode-se dizer seguramente que não há um planejamento e coordenação entre o setor agrícola e a política de infraestrutura do Brasil. As medidas atualmente adotadas são para suprir entraves logísticos presentes e não estão sendo adotadas medidas necessárias para o futuro, quando a área da logística será tratada como algo que agrega valor à produção agrícola.

Para Vieira et al. (2016), não faltam razões para o sucesso da agricultura no Brasil, desde a oferta de área, até a oferta ambiental. Os exemplos citados pelos autores apresentam algumas dificuldades estruturais da agricultura brasileira, que são passíveis de solução em curto espaço de tempo, porém, não garantirão sozinhas, a competitividade deste setor. A promoção da indústria e dos serviços a partir da agricultura é a chave para o Brasil não ser engolido pela China. Neste caso, além dos exemplos de logística e bioenergia, a indústria de processamentos para alimentos *premium/gourmet* deve ser uma das vertentes da agricultura brasileira. Essas vertentes, conforme os autores, dependem ainda de investimentos, porém a liderança do Brasil em agricultura tropical é uma realidade que possibilita ao país cooperar com a China na ocupação agrícola do território africano.

Para finalizar, os autores dizem que a questão da cooperação remete às diferenças históricas das políticas externas de Brasil e China: enquanto a China historicamente negocia, o Brasil coopera. Em outras palavras, se o Brasil aguardar passivamente a dinâmica do mercado, será engolido de forma fatal pela China. Porém, se houver um melhor planejamento e coordenação, fator que, conforme supracitado, sofre pela ausência, os problemas estruturais da agricultura poderão tornar-se oportunidades num sentido de tornar sua economia mais complexa, tendo como base o setor agrícola. Para o Brasil alimentar a China, não basta apenas resolver problemas estruturais, é preciso também mirar no futuro e planejar (VIEIRA et al. 2016).

Um terceiro estudo sobre o tema de SA na China e no Brasil pode ser observado no artigo de Escher et al. (2017), que exploram em sua pesquisa algumas características dos caminhos de desenvolvimento adotados pelo Brasil e pela China no contexto atual da crise da globalização neoliberal e da transformação da ordem política e econômica mundial. O artigo caracteriza, inicialmente, os impactos da ascensão da China no desenvolvimento do Brasil, que posteriormente encontrou sua economia ameaçada de reprimarização e desindustrialização. Além disso, o artigo esboça alguns aspectos da produção e do consumo no complexo de carne e soja Brasil - China, elemento-chave do atual regime alimentar do mundo, que foca no controle corporativo da cadeia de valor da carne de soja e suas consequências negativas. Por fim, a pesquisa identifica os principais papéis que atores e instituições vinculadas a camponeses e agricultores familiares estão desempenhando na dinâmica de desenvolvimento rural de cada país.

Escher et al (2017) discutiram os impactos da ascensão da China nas perspectivas de desenvolvimento do Brasil. Os autores concluíram que enquanto o aumento do Investimento Estrangeiro Direto (IED) entre ambos desde a crise de 2008 constitui uma tendência, o principal fator de suas relações bilaterais têm sido o comércio. As exportações brasileiras estão cada vez mais concentradas em *commodities*, e suas importações provenientes da China são basicamente produtos manufaturados com crescente sofisticação tecnológica. Dessa forma, como sendo o principal produtor e exportador de *commodities* (agrícolas e de mineração) e produtor de bens manufaturados, o Brasil experimentou impactos tanto positivos, quanto negativos do “efeito China”. Houve um aumento na demanda e uma alta nos preços, por um lado, mas também uma pressão competitiva em seus mercados interno e de exportação, o que pode levar a uma especialização regressiva e uma desindustrialização. Sob a ótica desse contexto, a segunda parte do artigo fornece uma análise comparativa da questão agroalimentar e da dinâmica de desenvolvimento rural no Brasil e na China. Os autores concluem que o ponto central das relações entre Brasil e China é a convergência de interesses hegemônicos de ambos em torno dos fluxos de comércio e investimento na formação de um complexo de soja e carne, com narrativas para justificar interesses adquiridos em ambos os lados.

No caso do Brasil, conforme Escher et al. (2017), o interesse do agronegócio é seguir uma estratégia estadual e privada de apropriação do aluguel da terra,

decorrente da vantagem comparativa dos recursos naturais como linha de frente da acumulação de capital para a economia, articulando grandes propriedades rurais e mercados de terras, agricultura, e os lados a jusante e a montante das cadeias de valor, além de acesso ao capital financeiro de acordo com a política de crédito da unidade federativa. A reivindicação da universalidade de tais interesses baseia-se em um discurso que elogia a capacidade do agronegócio de gerar superávits comerciais necessários para colmatar a lacuna na balança de pagamentos causada por déficits na conta de serviços, supostamente cruciais para evitar desequilíbrios na conta de transações correntes. Apesar da força dos aparatos ideológicos estatais e privados, essa narrativa foi desafiada por uma realidade em que a tendência do alto preço das *commodities* no mercado internacional não pode ser tomado como garantido e o Brasil enfrenta o risco crescente de especialização regressiva.

No caso da China, uma estratégia que inclui a industrialização da agricultura, investimentos em terra em larga escala (doméstica e no exterior), e transferências de terras de camponeses para empreendimentos do agronegócio, todos apoiados por crédito e subsídios do Estado, representam interesses hegemônicos no governo e no setor privado. Esses interesses são apresentados como interesses de toda a sociedade, construídos sobre duas narrativas combinadas. Uma narrativa de crise - “a China está alimentando 1% da população do mundo em 9% de suas terras aráveis”; e uma narrativa de vitória - “vamos nos alimentar!”. A legitimidade ideológica desse discurso pode ser questionada com base no fato de que o conceito de SA é incomum na China. O conceito atual segundo Escher et al. (2017) é “segurança de grãos”, ou “autossuficiência de grãos”, o que significa aderir à meta política de uma linha de base de 95% para grãos da produção doméstica.

Desse modo, os casos de Brasil e China apresentam evidências da fragilidade de seus discursos hegemônicos agroalimentares que se fundiram em torno de interesses do complexo carne-soja. Um contramovimento protetor é o momento em que os atores afetados pelo primeiro movimento tomam conhecimento das consequências negativas da mercantilização da produção, distribuição e troca de alimentos em detrimento dos meios de subsistência, saúde e meio ambiente. Assim, novos compromissos podem ser criados, e o desenvolvimento rural, a SA, e a sustentabilidade ecológica podem ser afirmadas como partes constitutivas de um projeto contra hegemônico capaz de representar os interesses sociais mais amplos de diferentes classes, grupos, e segmentos da população, a fim de responder e reagir aos novos desafios e liderar a sociedade no caminho da construção de um novo bloco histórico.

Sob a perspectiva de King et al. (2017), há uma necessidade urgente de promover melhorias na eficiência e eficácia das cadeias alimentares. Até 2050 a população mundial deverá atingir, no mínimo, 9 bilhões de pessoas, o que vai exigir até 70% a mais de alimentos, e que os sistemas de produção de alimentos e a cadeia alimentar se tornem totalmente sustentáveis. Por esta razão, a pesquisa destaca como os recentes desenvolvimentos e tendências relacionadas à SA afetarão o setor de alimentos e a capacidade do setor de oferecer SA. A pesquisa

em questão se trata de uma análise descritiva com base em dados secundários e pesquisa bibliográfica.

As principais descobertas da pesquisa são que megatendências globais, que incluem mudanças climáticas, uma população em crescimento e envelhecimento, e a urbanização e o aumento da riqueza, irão criar desafios à SA e colocar novas demandas sobre os produtores, fabricantes, comerciantes, varejistas e reguladores. Os avanços na ciência e tecnologia, como, por exemplo, o sequenciamento de genomas inteiros, a embalagem ativa, o desenvolvimento de tecnologias em rastreamento, as tecnologias da computação e da informação, e a análise de big data, têm o potencial de contribuir, mitigar desafios e atender às demandas, porém, também criarão novos desafios. Superar esses desafios será uma experiência difícil para economias desenvolvidas e grandes empresas produtoras de alimentos, mas ainda mais difícil para pequenas e médias empresas (PMEs), economias em desenvolvimento e pequenos agricultores, considerando que cada um destes é componente essencial no suprimento global de alimentos.

Sem a SA não poderemos alcançar os ODS. A disponibilidade de alimentos continua sendo essencial para o desenvolvimento da sociedade humana, e conforme King et al. (2017), um fornecimento confiável e adequado de alimentos saudáveis e seguros não significa apenas livrar-se da fome, mas também, de alimentar-se de forma saudável. Os sistemas de SA precisarão acomodar as necessidades das economias desenvolvidas e em desenvolvimento, dando maior atenção e apoio às cadeias alimentares que envolvem pequenos produtores. O desenvolvimento tecnológico, por sua vez, precisará lidar com grandes desafios impostos pela duplicação antecipada da demanda global por alimentos e comércio internacional nas próximas décadas. Numa escala global, nos dias de hoje, técnicas inadequadas de produção, armazenamento, processamento e distribuição de alimentos, representam os riscos mais substanciais para a SA e a segurança dos alimentos. King et al. (2017) concluíram ainda que os desafios à SA e proteção alimentar global abrangem as mudanças climáticas, o surgimento de novos patógenos, ou ainda, a presença não intencional de contaminantes alimentares e outros potenciais perigos, incluindo aqueles associados à demanda do consumidor por alimentos “naturais” minimamente processados, pedidos online, impressão 3D de alimentos, e também, adulterações e fraudes. Será necessário desenvolver novas estratégias de adaptação para lidar com as mudanças climáticas e suas consequências para a SA e investir em pesquisas transdisciplinares para aprimorar nossa compreensão dos mecanismos ecológicos subjacentes aos organismos e ao meio ambiente.

A pesquisa de Galanakis (2020) diz que a OMS declarou um surto causado pela doença do coronavírus. A autora explora em seu artigo os sistemas alimentares na era da crise da pandemia. O trabalho também fornece informações sobre as propriedades dos ingredientes bioativos de alimentos e ervas que podem contribuir com o sistema imunológico humano contra infecções, destaca as questões globais de segurança alimentar considerando que um terço da população mundial está confinado, e, ainda, destaca a importância da sustentabilidade na cadeia alimentar,

a fim de evitar ou reduzir a frequência de crises alimentares e de saúde no futuro. Essa é uma pesquisa de análise descritiva com base em dados secundários e pesquisa bibliográfica.

As conclusões a que Galanakis (2020) chegou foram que a crise da pandemia causada pela Covid-19 acabou criando uma nova era, na qual ainda tentamos descobrir as consequências para a humanidade, para a economia, e por fim, para os sistemas alimentares. Acadêmicos e especialistas da área alimentícia terão que enfrentar desafios significativos, como garantir a segurança alimentar e a segurança dos alimentos através de ferramentas da indústria 4.0, a fim de reduzir perdas e desperdícios de alimentos, e identificar fontes alternativas e seguras de proteínas que atendam às expectativas nutricionais dos consumidores. Ao mesmo tempo, deverão inovar com agilidade suficiente, oferecendo produtos aceitáveis e economicamente competitivos, desenvolvendo alimentos funcionais enriquecidos de compostos bioativos e antioxidantes que promovem a saúde e apoiam a imunidade dos consumidores. Será necessário, conforme Galanakis (2020), evitar práticas comerciais costumeiras, pensar “fora da caixa” e esforçar-se no desenvolvimento de sistemas alimentares sustentáveis e modernos.

Em síntese, percebe-se que as pesquisas recentes sobre SA envolvendo as relações comerciais entre Brasil e China, bem como abordando possíveis efeitos da Covid-19, apresentam discussões de temática similar, porém, sob outras perspectivas se comparada à proposta desta monografia. Assim, percebe-se que o debate sobre as oportunidades de comércio exterior, e inclusive, a identificação de áreas com maior potencial do setor agropecuário no Brasil, pode representar uma contribuição às análises acadêmicas, e até mesmo, de planejamento estratégico.

5 CONCLUSÃO

A Segurança Alimentar é, de fato, um tema muito atual e relevante, porque fala não apenas da fome em si, mas da eliminação da fome aliada a uma alimentação mais saudável. Em outras palavras, significa discutir sobre meios de acabar com a fome e proporcionar uma alimentação mais nutritiva e saudável para toda a população mundial. Além disso, a SA relaciona-se diretamente com outras questões globais, como a pobreza, a localização geográfica, e com alguns dos ODS, e por isso é pauta de diversas organizações internacionais, que acabam enfrentando diversas consequências em razão da falta de alimentação, ou de uma alimentação não saudável. Destaca-se que além da fome, outro problema muito grave e mais recente relacionado à SA é também a obesidade, que está se espalhando de forma significativa entre os países, principalmente aqueles mais desenvolvidos.

É notável, através da análise da fala de Andersen (2009), que existem dois tipos de insegurança alimentar: a insegurança alimentar transitória, que se trata de uma insegurança alimentar sazonal, e a insegurança alimentar permanente, que aborda a falta de alimentos por longos períodos de tempo. Além disso, de acordo com o autor existem algumas razões pelas quais a SA das mais diversas famílias espalhadas ao redor do globo não consigam garantir a disponibilidade de alimentos igual à todos os componentes da família. Uma delas se dá em razão da capacidade financeira de adquirir alimentos suficientes, que pode não converter-se em uma real aquisição de alimentos porque uma família pode acabar optando pela aquisição de outros bens e/ou serviços, ou mesmo não alocando os alimentos de maneira adequada, desconsiderando (por falta de conhecimento) as necessidades energéticas e nutritivas de cada membro pertencente à família.

A discussão de dados como os supracitados tem suma importância para a compreensão do que é a SA e quais aspectos se relacionam com o conceito. Ademais, é a partir da compreensão geral de SA que se torna possível buscar por alternativas que contribuam com a erradicação da fome e com uma alimentação mais saudável. Considera-se, então, que discutir sobre SA é essencial para planejar questões tais como a produção, a divisão e o comércio internacional de alimentos, além de sanar problemas e doenças relacionadas à fome ou à má alimentação.

Um fato ocorrido recente, o qual o mundo inteiro ainda assiste, e que acabou corroborando com a importância de discutir-se sobre a SA mundial, é a pandemia da Covid-19. A FAO, o FIDA, e o PAM (2020) declararam que essa situação toda

levou o mundo a uma perda considerável de vidas, além de apresentar-se como um desafio imenso, com consequências sociais e econômicas, que refletem e refletirão mais ainda na área de segurança alimentar e nutrição das pessoas. Os alimentos e seus *stakeholders*, de acordo com Galanakis (2020), são assuntos relevantes a nível global, porque esses são fundamentais para a sobrevivência humana. Todo o processo de produção, fabricação, industrialização e logístico da cadeia de alimentos foi severamente afetado, e em razão disso, tornou-se imperativo que as organizações internacionais chamassem a atenção para esta temática.

Entre as discussões propostas, a FAO et al. (2020) alerta que os impactos no movimento da mão-de-obra agrícola e no suprimento de insumos estabeleceram desafios críticos à produção de alimentos, o que acabou comprometendo a SA de todas as pessoas, principalmente daquelas com menos condições. A partir disso, a FAO declarou que os países precisam trabalhar juntos, fortalecendo a cooperação mútua durante todo o período da pandemia, e cuidando para que medidas políticas de curto prazo não restrinjam o comércio global de alimentos.

Vale ressaltar que em meio à ocorrência da pandemia, diversos estudiosos, e mesmo a população em geral, trouxeram à tona, e com muita força, a discussão sobre o meio-ambiente e as mudanças climáticas. A exemplo do que ocorreu na China, com grandes extensões de terra significativamente degradadas, podemos afirmar que garantir a SA alimentar mundial passará cada vez mais pela aprovação de meios de produção menos agressivos ao meio-ambiente. A população acompanha verões cada vez mais quentes e estações cada vez mais extremas, além de ver diversas geleiras derretendo, e cidades como Veneza estarem a cada ano centímetros mais próxima ao nível do mar. Tudo isso são grandes alertas de que o planeta já enfrenta muitos problemas ligados à falta de cuidado com o meio-ambiente, e que a população está muito atrasada no que tange cuidar da natureza, aquilo que garante vida às pessoas.

Ao olhar para todo este quadro pandêmico e de apelo ao meio-ambiente, torna-se fundamental que se discuta sobre meios pelos quais o Brasil pode contribuir para a redução de impactos negativos causados pela Covid-19 na cadeia alimentar mundial, e sobre quais as oportunidades e políticas que o país pode seguir daqui em diante, que lhe confirmem crédito e lhe tornem em um país de referência no tocante à SA, produção de alimentos, e distribuição logística desses produtos. De acordo com os estudos revisados por esta monografia, pode-se afirmar que o Brasil é um dos maiores produtores de alimentos no mundo, e por esta razão, é detentor de grandes oportunidades, tanto no que diz respeito à auxiliar a cadeia de alimentos mundial, quanto como um possível impulso para a economia para o país neste momento de crise mundial.

Na China, a fome esteve sempre entre as principais pautas do governo nos últimos sessenta anos, dado que a história chinesa enfrentou um período de fome extrema entre 1958 e 1962, ficando gravado historicamente como o período do “Grande Salto para Frente”, em que milhões de pessoas morreram em razão da fome, e também em anos subsequentes por conta da desnutrição. De acordo com os dados apontados por este trabalho, para além do período da Grande Fome, até o

ano de 2012, existiam ainda cerca de 200 milhões de pessoas - o equivalente a quase 70% da atual população brasileira - vivendo abaixo da linha da pobreza na China. O governo chinês afirma que desde então, a China tirou mais 95 milhões de pessoas que ainda viviam abaixo da linha de pobreza do país, sendo 2020 o último ano da campanha que propunha tirar sua população pobre dessa situação, além de garantir meios pelos quais não regressassem à pobreza extrema.

Para preservar seu crescimento, a China teve de se adaptar a diversas mudanças estruturais com o passar desses anos, envolvendo as mais diferentes áreas, como urbanização, elevação da produtividade e da eficiência em setores intensivos de mão-de-obra, controle da poluição, e uma maior preocupação com o meio-ambiente e recursos naturais (VIEIRA et al., 2016). Assim, quanto mais a população deixava a pobreza e migrava para uma vida com mais recursos e melhores oportunidades, caminhando num sentido de elevar o seu padrão de vida, mais as pessoas passaram a investir na alimentação, que além de alternar para uma refeição maior, passou a ser mais nutritiva e saudável, impondo que a China precisasse proporcionar uma oferta e disponibilidade maior de alimentos.

A China possui cerca de 1,4 bilhões de habitantes atualmente e é a segunda maior economia do mundo. Com a reforma gradual do mercado e a liberalização do comércio, o governo chinês conseguiu favorecer a transformação de uma China de economia planificada para uma China de economia orientada ao mercado. E essa mudança acabou favorecendo o crescimento geral da produção agrícola e a mudança da estrutura de mercadorias, desde o início da década de 1990. A China passou a ser autossuficiente no suprimento de alimentos neste período que data o final da década de 1990 e início dos anos 2000, e foi capaz de alimentar sua gigantesca população, além de melhorar de forma notável a qualidade de vida e de nutrição de seus habitantes. Com isso, ocupou a posição de país em maior desenvolvimento no mundo, e passou a representar uma força positiva na proteção da SA mundial. Porém, de acordo com a OCDE (2018), a rápida industrialização e urbanização pela qual a China passou nos anos mais recentes, fizeram com que o país passasse a ter problemas em suprir a crescente demanda de alimentos da sua população, dada a consequente pressão ambiental do país. A partir disso, e em reconhecimento ao custo econômico e ambiental da manutenção de sua política de autossuficiência, a China anunciou em 2014 uma nova estratégia de SA, que visava garantir a SA através de recursos nacionais e internacionais, além de promover o desenvolvimento agrícola sustentável. Embora muitos estudos afirmem que a China é capaz de garantir sua autossuficiência, o governo optou por uma nova estratégia de abastecimento alimentar. Em 2016 a China aderiu à uma nova política externa, de abertura ao comércio internacional, e afirmou estar pronta para expandir interesses em comum com outros países, além de promover a construção de um novo tipo de relação, na qual todos os países envolvidos saem ganhando.

É nesta próxima década que será testada a capacidade da China de suprir de forma adequada a demanda de alimentos para o apetite crescente de sua população urbana, sem que se criem impactos ambientais negativos e excessivos e sem que haja grandes desperdícios. De acordo com a Ellen MacArthur Foundation

(2018), o governo chinês não deixou passar despercebida nenhuma destas questões, e apresenta assim, suas intenções em aumentar a produtividade agrícola, reduzindo as perdas de alimentos e dando atenção especial ao meio-ambiente. Além disso, o governo chinês continuará utilizando-se do comércio internacional para aquisição de alimentos, a fim de que não se utilizem mais de meios de produção prejudiciais ao meio-ambiente. Tudo isso para que a China possa manter-se como um exemplo no que diz respeito à SA de sua população nas próximas décadas.

Analisando a China e o Brasil a partir de algumas políticas gerais e das políticas de SA, pode-se destacar que os dois países possuem comportamentos complementares. Os dados levantados a respeito das importações e exportações mostram que a China é o principal parceiro comercial do Brasil com relação ao grupo de produtos do agronegócio selecionado para este trabalho. Ao mesmo passo que a China enfrenta problemas pela falta de recursos naturais que supram o mercado interno, e em contrapartida, tenha recursos financeiros para investir nesse ponto, o Brasil possui estes recursos naturais fartos, porém, não possui recursos financeiros que viabilizem os investimentos necessários para assegurar um crescimento eficaz e eficiente de sua produção agrícola. Nesse sentido, deveria haver maiores esforços e uma melhor organização no que diz respeito ao grupo de pessoas e/ou empresas brasileiras que estejam buscando por investidores para os seus negócios. Embora exista o programa Agro+ Investimentos do MAPA, que visa a atração de investimentos estrangeiros na área agrícola, seus objetivos não são completamente claros, o que por si só já torna o processo de busca daqueles interessados em investir no agronegócio brasileiro trabalhoso e demorado.

Outro ponto interessante a ser apontado na relação entre Brasil e China é que os principais exportadores dos produtos selecionados do agronegócio concorrentes do Brasil para a China foram, em 2018, os Estados Unidos, a Austrália, o Canadá, a Tailândia, e a Nova Zelândia, todos com mais de 6 bilhões de dólares. Os Estados Unidos, segundo colocado, detém 11,69%, contra 26,55% do Brasil das exportações totais dos produtos selecionados do agronegócio para a China. A Austrália, geograficamente mais próxima à China, além da Tailândia e da Indonésia, possuem juntas 16,37% do total das importações chinesas dos produtos selecionados do agronegócio. A posição geográfica e a questão logística acabam favorecendo estes concorrentes. Ainda assim, o Brasil detém sozinho, mais de ¼ de todo o mercado de importações chinesas deste segmento, o que já aponta que o produto brasileiro é tratado com preferência na gigante asiática.

É nítido que o Brasil possui uma vantagem imensa com relação aos seus principais concorrentes no que tange a exportação de alimentos e produtos do agronegócio para a China. Afirmado isso, é relevante discutir, porém, que mesmo que este seja o momento do Brasil se aproveitar dessa parceria com a gigante asiática, desfrutando dos seus investimentos e lucrando a partir da exportação de produtos, o Brasil não é mais, de acordo com a FAO, um país com a SA garantida à toda a sua população. Em comparação, outros países desenvolvidos e em desenvolvimento nesse momento de pandemia, principalmente, deixaram de

exportar para a China justamente em razão de garantir a SA de sua população. Este pode ser mais um dos motivos pelos quais as exportações do agronegócio do Brasil tiveram um crescimento significativo no período entre março e julho de 2020, que datam o início e alastramento da pandemia no mundo.

Por mais que o Brasil possa lucrar com o comércio de produtos do agronegócio, é essencial que, antes disso, consiga garantir alimentos saudáveis à sua população. A lógica de países mais desenvolvidos é produzir para garantir o abastecimento interno, e é a produção excedente que deve ser comercializada a fim de contribuir com a SA mundial. O Brasil, conforme afirmado por diversos autores, têm condições de produzir para si e para o mundo. Para tanto, é necessário haver um planejamento de longo prazo, que vise a atração de investimentos nas diversas áreas da infraestrutura do país responsáveis por fornecer as condições adequadas de produção e logística dos alimentos, além de programas que auxiliem a camada mais pobre a ter acesso a esses produtos.

Analisado isso, é possível afirmar que as oportunidades para o Brasil relacionadas às políticas chinesas não se resumem somente a oportunidades econômicas, mas incluem também oportunidades de crescimento e protagonismo regional. Atualmente, o ambiente é totalmente desfavorável, muito provavelmente por uma falta de planejamento mais sério. Mas caso o Brasil se utilize do conhecimento chinês e aproveite os investimentos chineses que já chegam ao país, é possível montar uma estratégia de longo prazo, que dê maior relevância às ações brasileiras, e faça com que o Brasil volte a ser o principal ator da América do Sul, reafirmando sua posição, mundialmente reconhecida, como um do grande produtor de alimentos, e como um dos principais provedores de alimentos à sua população e a todos aqueles que precisarem do seu suporte.

Hoje o Brasil se beneficia de uma estratégia chinesa, porém fica refém da exportação da soja. Mais de 60% do total exportado é do mercado de soja, e em razão disso, mostra-se iminente que o Brasil explore a produção e a venda de outros produtos, principalmente aqueles com maior valor agregado, como a carne, por exemplo. Além da carne, o Brasil pode investir mais no comércio de outros setores que hoje já têm um bom número de empresas e empregados atuando. De acordo a tabela 10 do capítulo 4, é possível destacar que os setores da pecuária, da produção de lavouras temporárias e permanentes, da fabricação de outros produtos alimentícios, e mesmo da fabricação e refino de açúcar, são setores com mais de 200 mil empregados registrados (com carteira assinada). Somente na área da pecuária, atividade que envolve a criação e venda de animais, são 169.469 empresas atuantes, e somam-se a essas, 4.329 empresas específicas do ramo de abate e fabricação de produtos de carne. Investir em outros setores que não sejam somente o da soja, e focar mais em produtos de maior valor agregado, ou mesmo não fazer com que o país seja dependente da soja, é uma grande oportunidade para o Brasil alavancar suas exportações agroalimentares, além de garantir outros meios de comércio.

No decorrer do desenvolvimento deste trabalho, foi possível abordar diversos aspectos relacionados à SA. Além de explorar os objetivos elencados, a pesquisa

trabalhou com dados e fontes primárias que tanto contribuem para estas conclusões, quanto sugerem outros temas para pesquisas futuras. Como exemplo, torna-se relevante discutir sobre como o Brasil pode garantir seu papel como o principal articulador da América do Sul, dado o exemplo da África. De acordo com Lechini (2013) a África vê a China replicar a si um modelo neocolonial, e aponta também o perigo de um “imperialismo chinês” em crescimento, que contribui com a desindustrialização e o subdesenvolvimento africano. Muitos estudiosos temem que o mesmo aconteça com o Brasil, e prova disso são os temores apontados nas pesquisas de Oliveira (2018), de que os chineses queriam “comprar” todo o território brasileiro no período em que investiam em largas faixas de terras. Além disso, é possível destacar a importância de discutir sobre meios pelos quais seja possível uma produção mais sustentável e mais orientada à preservação do meio-ambiente ao redor do globo terrestre, e sobre adotar políticas de abastecimento que visem uma sobrecarga menor à natureza, a exemplo da China.

REFERÊNCIAS

ARIAS, Diego; VIEIRA, Pedro Abel; CONTINI, Elisio; FARINELLI, Bárbara; MORRIS, Michael. **Agriculture Productivity Growth in Brazil**. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/268351520343354377/pdf/123948-WP-6-3-2018-8-39-22-AriasetalAgriculturalgrowthinBrazil.pdf>>. Acesso em: 21/05/2020.

BANCO MUNDIAL. **Ease of doing business in Brazil**. 2020A. Disponível em: <<https://www.doingbusiness.org/en/data/exploreconomies/brazil#DBec>>. Acesso em: 05/06/2020.

BANCO MUNDIAL. **Food Security**. Disponível em: <<https://www.worldbank.org/en/topic/food-security>>. Acesso em: 13/06/2020

BANCO MUNDIAL. **Quality of port infrastructure**. 2020B. Disponível em: https://tcd360.worldbank.org/indicators/h420825b3?country=BRA&indicator=542&viz=line_chart&years=2007,2017. Acesso em: 22/06/2020.

BANCO MUNDIAL. **Sobre o projeto Doing Business**. Disponível em: <<https://portugues.doingbusiness.org/pt/about-us#:~:text=Lan%C3%A7ado%20em%202002%2C%20o%20projeto,o%20seu%20ciclo%20de%20vida.&text=As%20cidades%20selecionadas%20podem%20comparar,com%20190%20economias%20no%20mundo.>> Acesso em: 05/06/2020.

CEPAL. **Cómo evitar que la crisis del COVID-19 se transforme en una crisis alimentaria: acciones urgentes contra el hambre en América Latina y el Caribe**. 2020. Disponível em: <<https://www.cepal.org/es/publicaciones/45702-como-evitar-que-la-crisis-covid-19-se-transforme-crisis-alimentaria-acciones>>. Acesso em: 22/06/2020.

CHANG-SHENG, Shu. **Do grande salto para frente à grande fome: China de 1958-1962**. Diálogos, v. 8, n. 1, p. 107-129, 2004.

CIA. **The World Factbook**. 2020. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/br.html>>. Acesso em: 22/06/2020.

CUI, Kai; SHOEMAKER, Sharon P. **A look at food security in China**. 2018.

CULLEN, Máximo Torero. **COVID-19 and the risk to food supply chains: How to respond?** Roma, 2020.

DIKÖTTER, Frank. **Mao's Great Famine**. Ed. Bloomsbury, Londres, 2010 (Edição Kindle).

ELLEN MACARTHUR FOUNDATION. **The Circular economy opportunity for urban & industrial innovation in China**. Disponível em https://www.ellenmacarthurfoundation.org/assets/downloads/The-circular-economy-opportunity-for-urban-industrial-innovation-in-China_19-9-18_1.pdf>. Acesso em: 27/04/2020.

ESCHER, Fabiano; WILKINSON, John; PEREIRA, Paulo. **Causas e implicações dos investimentos chineses no agronegócio brasileiro**. Apex Brasil e Conselho Empresarial Brasil - China, 2018.

FAO. **Após três anos a fome mundial ainda não diminuiu e a obesidade continua crescendo - informa a ONU**. Disponível em: <http://www.fao.org/news/story/pt/item/1201994/icode/>>. Acesso em: 13/06/2020. (FAO 2019)

FAO. **Brasil em resumo**. Disponível em: <http://www.fao.org/brasil/fao-no-brasil/brasil-em-resumo/pt/>>. Acesso em: 15/03/2020. (FAO 2020A)

FAO. **Criar cidades mais verdes**. Disponível em:
<<http://www.fao.org/3/i1610p/i1610p00.pdf>>. Acesso em 15/03/2020.
FAO (2012)

FAO. **Energy, agriculture and climate change**. Disponível em:
<<http://www.fao.org/3/a-i6382e.pdf>>. Acesso em: 02/06/2020.
(FAO 2016)

FAO. **Fome aumenta no mundo e na América Latina e no Caribe pelo terceiro ano consecutivo**. Disponível em:
<<http://www.fao.org/americas/noticias/ver/pt/c/1152189/>>. Acesso em: 13/06/2020.
(FAO 2018)

FAO. **Food Security**. Disponível em:
<http://www.fao.org/fileadmin/templates/faoitaly/documents/pdf/pdf_Food_Security_Cocept_Note.pdf>. Acesso em: 26/04/2020.
(FAO 2006)

FAO. **Milhões de pessoas podem cair em extrema pobreza e fome até 2020 na América Latina e no Caribe devido ao impacto da pandemia**. 2020C. Disponível em: <<http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1293730/>>. Acesso em: 22/06/2020.

FAO. **O Estado da Insegurança Alimentar no Mundo 2014 - RESUMO**. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-i4037o.pdf>>. Acesso em: 13/06/2020.
(FAO 2014)

FAO. **Our Office**. Disponível em: <<http://www.fao.org/china/fao-in-china/en/>>.
Acesso em: 15/03/2020.
(FAO 2020B)

FAO. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2019**. Disponível em: <<http://www.fao.org/state-of-food-security-nutrition/en/>>. Acesso em: 22/06/2020
(FAO 2019)

FAO, IFAD, PAM, WORLD BANK. **Joint Statement on COVID-19 Impacts on Food Security and Nutrition**. Disponível em:

<<http://www.fao.org/news/story/en/item/1272058/icode/>>. Acesso em: 26/04/2020.

FAO.; OMS. **Food Safety: A Right or a Privilege**. Disponível em:

<http://www.fao.org/fileadmin/user_upload/agns/pdf/ICN2/ICN2-Food-Safety-Right-or-privilege-side-event-info.pdf>. Acesso: 26/04/2020.

FAO.; OPAS. **Panorama da Segurança Alimentar e Nutricional**. Disponível em:

<<http://www.fao.org/3/a-i6977o.pdf>>?. Acesso: 15/03/2020.

FIOCCO, David; DENIS, Nicolas; OPPENHEIM, Jeremy. **From liability to opportunity: How to build food security and nourish growth**. Disponível em:

<<https://www.mckinsey.com/industries/chemicals/our-insights/from-liability-to-opportunity-how-to-build-food-security-and-nourish-growth>>. Acesso em: 06/05/2020.

FMI. **World Economic Outlook Databases**. Disponível em:

<<https://www.imf.org/en/Publications/SPROLLs/world-economic-outlook-databases#sort=%40imfdate%20descending>>. Acesso em: 07/12/2020

GALANAKIS, Charis M. **The food systems in the Era of the Coronavirus (CONVID-19) Pandemic Crisis**. Greece, 2020.

GASQUES, José Garcia et al. **Produtividade da agricultura brasileira e os efeitos de algumas políticas**. Revista de Política Agrícola, v. 21, n. 3, p. 83-92, 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GROSS, Rainer et al. **The four dimensions of food and nutrition security: definitions and concepts**. SCN News, v. 20, n. 20, p. 20-5, 2000.

HUANG, Ji-kun et al. **The prospects for China's food security and imports: Will China starve the world via imports?**. Journal of integrative agriculture, v. 16, n. 12, p. 2933-2944, 2017.

IBGE. **Classificação Nacional de Atividades Econômicas - Versão 2.0.**

Disponível em:

<https://concla.ibge.gov.br/images/concla/documentacao/CNAE20_NotasExplicativas.pdf>. Acesso em: 05/05/2020.

JANK, Marcos Sawaya. **Ao atacar chineses, Brasil pode alvejar setor central para a saída da recessão.** Disponível em: <<https://valor.globo.com/eu-e/noticia/2020/04/24/marcos-sawaya-jank-ao-atacar-chineses-brasil-pode-alvejar-setor-central-para-a-saida-da-recessao.ghtml>>. Acesso em: 26/04/2020.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina de A. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LECHINI, Gladys Teresita. **China en África: discurso seductor, intenciones dudosas.** 2013.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. **Negociações Comerciais.** 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/relacoes-internacionais/negociacoes-comerciais>>. Acesso em: 11/05/2020.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. **Promoção Internacional.** 2017. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/relacoes-internacionais/promocao-internacional>>. Acesso em: 11/05/2020.

OECD. **Innovation, Agricultural Productivity and Sustainability in China.**

Disponível em: <<https://www.oecd-ilibrary.org/sites/9789264085299-8-en/index.html?itemId=/content/component/9789264085299-8-en>>. Acesso em: 28/03/2020.

OLIVEIRA, Gustavo de Lima Torres. **A resistência à apropriação chinesa de terras no Brasil desde 2008.** Idéias, v. 9, n. 2, p. 99-132, 2018.

OLIVEIRA, Gustavo de Lima Torres. **Chinese land grabs in Brazil? Sinophobia and foreign investments in Brazilian soybean agribusiness**. Globalizations, v. 15, n. 1, p. 114-133, 2018.

ONU. **A ONU e a alimentação**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/acao/alimentacao/>>. Acesso em: 28/03/2020.

PINSTRUP-ANDERSEN, Per. **Food security: definition and measurement**. Food security, v. 1, n. 1, p. 5-7, 2009.

PNUD. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/sustainable-development-goals.html#:~:text=Os%20Objetivos%20de%20Desenvolvimento%20Sustent%C3%A1vel%2C%20tamb%C3%A9m%20conhecidos%20como%20Objetivos%20Globais, pessoas%20tenham%20paz%20e%20prosperidade.&text=OS%20ODS%20s%C3%A3o%20uma%20agenda%20inclusiva>. Acesso em: 18/09/2020.

PRONAF. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf>. Acesso em: 18/09/2020.

PROSEKOV, Alexander Y.; IVANOVA, Svetlana A. **Food security: The challenge of the present**. Geoforum, v. 91, p. 73-77, 2018.

SAES, Maria Sylvia Macchione. **Segurança Alimentar e de Alimentos na Pandemia**. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/artigos/seguranca-alimentar-e-de-alimentos-na-pandemia/>>. Acesso em 26/04/2020.

SANTOS, Daniela Tatiane dos; BATALHA, Mário Otávio; PINHO, Marcelo. **A evolução do consumo de alimentos na China e seus efeitos sobre as exportações agrícolas brasileiras**. Revista de Economia Contemporânea, v. 16, n. 2, p. 333-358, 2012.

SCIO. **Full Text: Food Security in China.** Disponível em:
<<http://www.scio.gov.cn/zfbps/32832/Document/1666228/1666228.htm>>. Acesso em: 28/03/2020.

USDA. **Internatonal Agricultural Productivity.** Disponível em:
<<https://www.ers.usda.gov/data-products/international-agricultural-productivity/>>
Acesso em: 02/06/2020

VIEIRA, Pedro Abel; BUAINAIN, Antônio Marcio; FIGUEIREDO, Eliana Valeria Covolan. O Brasil alimentará a China ou a China engolirá o Brasil?. **Revista Tempo do Mundo, IPEA**, v. 2, n. 1, p. 51-82, 2016.

WEI, Xu. **Rural affairs top priority of document.** Disponível em:
<http://english.www.gov.cn/policies/policywatch/202002/07/content_WS5e3cb90fc6d0a585c76caa15.html>. Acesso em 31/03/2020.

XINHUA. **Full text of China's Policy Paper on Latin America and the Caribbean.** Disponível em:
<http://english.www.gov.cn/archive/white_paper/2016/11/24/content_281475499069158.htm>. Acesso em 28/03/2020.

XINHUANET. **China's No. 1 central document prioritizes poverty relief, improving rural weak links.** 2020. Disponível em:
http://www.xinhuanet.com/english/2020-02/05/c_138758267.htm>. Acesso em: 07/04/2020